

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO MOVIMENTO DAS SERVENTES EM
MINAS GERAIS: contribuições da filosofia da diferença.**

Raquel Brandão Toussaint

Belo Horizonte
2006

Raquel Brandão Toussaint

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO MOVIMENTO DAS SERVENTES EM
MINAS GERAIS: contribuições da filosofia da diferença.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.a. Roberta Carvalho Romagnoli

Linha de pesquisa: Intervenções Clínicas e Sociais

Belo Horizonte
2006

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

T734p Toussaint, Raquel Brandão.
Processos de subjetivação no movimento das serventes em Minas Gerais: contribuições da filosofia da diferença / Raquel Brandão Toussaint. – Belo Horizonte, 2006.
121f.: il.

Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Bibliografia.

1. Escolas – Empregados – Minas Gerais. 2. Diferença (Filosofia). 3. Resistência ao Governo. 4. Mudança social. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 331.893

Raquel Brandão Toussaint

Processos de subjetivação no movimento das serventes em Minas

Gerais: contribuições da filosofia da diferença.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Belo Horizonte, 2006.

José Newton Garcia de Araújo – PUC Minas

Regina Duarte Benevides de Barros – UFF

Roberta Carvalho Romagnoli (Orientadora) – PUC Minas

À minha mãe e ao meu pai, professores maravilhosos, que me ensinaram, com amor, que é preciso escutar com o coração as minorias; sentimento que me conduziu durante toda pesquisa e conduz o meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Às serventes por compartilharem de suas histórias comigo e me encherem de inspiração e admiração pela sua força frente aos obstáculos da vida. Parabéns pela sua luta!

À Prof^a. Dr^a. Roberta Romagnoli pela paciência e pelo carinho com que me ensinou coisas maravilhosas, sendo uma orientadora mais que perfeita nesta difícil trajetória.

À Prof^a. Dr^a. Regina Benevides de Barros que acolheu a minha pesquisa e as minhas questões com muito carinho, disponibilidade e gentileza.

Ao Prof. Dr. José Newton que além de me ensinar muitas coisas, me escutou e orientou nos momentos certos.

Ao Prof. Dr. João Leite, que vem me ensinando desde a graduação e porque foi o desejo de aprender novamente com suas aulas que me conduziu até o mestrado na PUC.

À Maria Elisa que desde o início me fez acreditar neste projeto, me incentivando e compartilhando de sua sensibilidade, sendo sempre uma luz nas horas mais difíceis.

Ao Léo, meu marido, que me dá força em todos os meus projetos e que, com sua presença amável, torna todos os meus dias maravilhosos.

À Denise que se dedicou a mim em vários momentos, que com seu carinho e apoio encheu-me de força não deixando a distância ser um obstáculo.

Ao Rogério que compartilhou da sua trajetória comigo e que sempre alimenta minha alegria.

Ao Paulo que com seus questionamentos não me deixou acomodar.

Ao Dr. Júlio Freire Bernardes que desde o início apoiou o meu trabalho, além de cuidar da minha saúde e discutir comigo experiências da clínica.

Às minhas queridas amigas dentro e fora da Clínica Edouard Claparede que me ajudaram e me incentivaram tornando meu percurso mais alegre.

À Prof^a. Irene de Melo Pinheiro e a Fundação Helena Antipoff, que hoje acolhe muitas das minhas questões e que apoiou muito o meu trabalho.

À Prof^a. Joana D'arc Gontijo, à Prof^a Magda Campbell e à toda equipe da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais que esteve sempre aberta às minhas perguntas, apoiando e colaborando com este trabalho, sendo desta forma um espaço de grande aprendizagem.

A imobilidade das coisas que nos cercam talvez lhes seja imposta por nossa certeza de que essas coisas são elas mesmas e não outras, pela imobilidade de nosso pensamento perante elas. (Marcel Proust, Em busca do tempo perdido).

Resumo

Este trabalho tem como tema o estudo do movimento das serventes escolares pela efetivação em seus cargos no Estado de Minas Gerais. Para isto buscamos, através da filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, investigar e discutir os processos de subjetivação que se manifestam neste grupo, cartografando as linhas reprodutivas e linhas inventivas que o atravessam. No primeiro capítulo fazemos um breve percurso sobre as condições atuais do mundo do trabalho enfrentadas pelas serventes. No segundo capítulo introduzimos os principais conceitos utilizados para nossa análise extraídos da Filosofia da Diferença. Procuramos esclarecer o que é uma pesquisa com olhar cartográfico, o que são planos e linhas para essa filosofia e em que consiste o grupo enquanto dispositivo de resistência. Na terceira fase de nosso trabalho buscamos analisar o grupo das serventes apontando os processos e linhas que desencadearam a partir de sua formação. Neste capítulo trechos das entrevistas realizadas na pesquisa nos revelam como a heterogeneidade no grupo reforça tanto mecanismos de reprodução quanto de invenção e fortalecem laços que produzem resistência. Ao final, concluímos que os grupos, apesar de não representarem grandes revoluções em nossa sociedade, contribuem com mudanças singulares significativas capazes de grandes transformações no âmbito da produção de subjetividade. Sendo assim, acreditamos que os grupos têm um papel decisivo enquanto dispositivo de resistência às forças reprodutivas do sistema capitalista dominante.

Palavras chave: grupos, serventes escolares, filosofia da diferença, invenção, resistência.

Abstract

The theme of this work is the study of the schools servant's movement to get a permanent contract for their job at the schools of Minas Gerais state. Here by we have, through the Deleuze's and Guattari's philosophy of difference, investigated and discussed the subjectivation process which have manifested into this group of servants, drawing the reproductives and inventives lines which go across them.

In the first chapter, we briefly the actual work conditions of the school's servants. At the second chapter we introduce the main concepts of the Philosophy of Difference, which we have used as a basis for our analysis. Our goal is to clarify what is a cartographic research, what are the plans and the lines for that philosophy and what is this group consisted of, as a resistance dispositive. At the third phase of our work we focus on the analysis of the school servants group indicating the processes and lines that have came out through its formation. In this chapter, some pieces of the interviews done during the research phase illustrates how the group's heterogeneities strengthen the reproductives mechanisms and the invention mechanisms, as well as strengthen the bonds that will develop resistance.

The conclusion is that, even though the groups do not represent big revolutions in our society, they do contribute with small but significative changes in the subjectivity's production domain. These significatives changes are able to bring bigger transformation in the scope of the subjectivity production. Therefore, we believe that the groups have a decisive role as resistance dispositive to the reproductive forces of the dominant capitalism system.

Key words: groups, school's servants, philosophy of difference, invention, resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	16
1.1 A produção e o trabalho	16
1.2 A realidade, suas capturas e resistências	29
CAPÍTULO II	38
2.1 Introdução à filosofia da diferença	38
2.2 Subjetividade e subjetivação	44
2.3 O grupo como dispositivo	53
CAPÍTULO III	69
3.1 Metodologia	70
3.2 A linha da reprodução	75
3.3 A linha da invenção	90
3.4 De novo, a territorialização	102
CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXO I	121

Introdução

No ano de 2001, a Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais realizou concurso público disponibilizando 18.408 (dezoito mil quatrocentos e oito) vagas para serventes escolares. Nas escolas de todo o Estado havia cerca de 20.000 (vinte mil) serventes que já trabalhavam há vários anos como funcionárias designadas¹. Após a realização do concurso, milhares de serventes não conseguiram pontuação suficiente para se classificarem. Na maioria dos casos eram candidatas analfabetas fazendo provas escritas. O governo do Estado de Minas Gerais já havia ameaçado demitir os profissionais contratados.

As serventes, que corriam o risco de ficarem desempregadas, começaram a se encontrar para buscar saídas para sua situação. Elas se reuniam, mas ainda não formavam um grupo, pois suas queixas dirigidas ao sindicato e à Associação de Professores Públicos de Minas Gerais - APPMG ainda representavam queixas singulares. Na ocasião, estas funcionárias foram demitidas de seus cargos para que suas vagas fossem preenchidas pelos candidatos que foram aprovados no concurso. O movimento teve início neste momento, com as auxiliares de serviços gerais que iriam ser demitidas. Os encontros entre as serventes tomaram uma nova dimensão.

Diante desta situação opressora, as serventes contratadas começaram a se reunir para reivindicar a garantia de seus empregos. Mudanças começaram a ocorrer, tanto no visível, com essa reunião, quanto no invisível, espaço em

¹ Funcionário designado é aquele não concursado vinculado ao Estado através de contratação temporária.

que agenciamentos se fizeram. As queixas e sentimentos em comum despertaram nelas a vontade de permanecerem juntas e reivindicarem. A partir daí as serventes não ficaram sozinhas, perceberam mais a si mesmas e às suas colegas, surgiu assim a resistência e com ela a invenção e o grupo dispositivo.

Meu interesse em pesquisar este tema surgiu quando comecei a trabalhar na APPMG no setor de atenção ao sócio, que estuda novas formas de atender ao associado. Paralelamente ao meu trabalho, eu acompanhava a evolução do movimento das serventes através das profissionais que procuravam a associação diariamente. Nessa ocasião, a APPMG solicitou que eu ficasse, junto à jornalista, responsável pelas fotos dos eventos da instituição. Neste momento meu olhar sobre as serventes se tornou mais sensível. Eu estava atravessada por um plano em que a condição daquelas serventes já estava determinada, só enxergava o analfabetismo, o desemprego, a pobreza. Eu as via como pessoas que não sabiam fazer nada e que por isto não tinham a menor chance em nossa sociedade. Cada manifestação que eu fotografava era uma investigação. Minhas fotos agenciaram em mim novos afetos: aquele grupo o qual acompanhava sem muitas expectativas me surpreendeu e incomodou de maneira suficiente para eu querer buscar mais informações a seu respeito. Descobri que não sabia muito sobre aquelas pessoas. Quando acompanhei algumas de suas manifestações, vi algo que era diferente e quis saber um pouco mais sobre a diferença.

Neste momento fui em busca de um referencial teórico que ampliasse o meu olhar diante dessa diferença. Já havia tido contato com a filosofia de

Gilles Deleuze e Félix Guattari na graduação e este contato se aprofundou no mestrado. A filosofia da diferença de Deleuze e Guattari trouxe grandes contribuições para a compreensão do que se passou no movimento das serventes. Através de suas linhas cartográficas podemos perceber o que há de especial nesse grupo, que também justifica o estudo do mesmo.

Perceber esse grupo, não mais como uma representação em escala menor da sociedade, mas sim, naquilo que lhe há de mais singular era o que buscávamos. Através deste estudo, que nos possibilitou discutir os aspectos singulares do grupo, chegamos ao estudo dos processos de subjetivação que apontavam seus dispositivos de resistência. Neste contexto, esta pesquisa possui como objetivo de estudo este grupo e busca ainda discutir os processos de subjetivação presentes no movimento reivindicatório das serventes em Minas Gerais.

Os mecanismos de poder gerados pelo sistema capitalista atualmente tomaram uma dimensão psico-sócio-econômica. Vivenciamos um momento marcado pela promoção do individualismo em detrimento das relações grupais. Nossa sociedade é atravessada por um modelo capitalista que estratifica, hierarquiza e subdivide todas as relações, atribuindo-lhes o sentido que mais se enquadra à sua lógica dominante. Os grupos são cada vez mais aprisionados e controlados através da produção em massa da subjetividade e da administração da vida em seu cotidiano. Neste momento, o estudo dos mecanismos de resistência e invenção são peças-chaves para entendermos o papel significativo dos grupos e das relações grupais em nossa sociedade.

Desta forma, ressaltamos a importância de serem estudados e discutidos os processos de subjetivação que surgem a partir do movimento

pela efetivação e que repercutem na vida dessas serventes. Sem dúvida, o movimento das serventes é rico em muitos aspectos para investigação. Este movimento é de uma maioria feminina, analfabeta, que trabalha numa profissão estigmatizada, em condições que seriam propícias para que mecanismos reprodutivos e individualistas exercessem seu poder; no entanto a força do grupo é que se faz presente. Também consideramos relevantes aspectos relativos à influência do nível de escolaridade no posicionamento dessas profissionais frente a seus impasses. Dessa maneira, discutimos, nesta pesquisa, as diversas linhas de força que perpassam o grupo das serventes.

Neste contexto, optamos pela realização de uma cartografia para mapear as linhas que atravessam o referido grupo, considerando, neste momento, seus mecanismos de resistência. Observamos a movimentação dessas linhas que emergem do contato entre as pessoas integrantes do movimento. Resistir, nos tempos atuais, vai muito além do que lutar contra um inimigo visível, é sobretudo inventar, é lutar contra nós mesmos, criando novas maneiras de viver, pensar e agir no mundo. No nosso entender, o movimento aqui analisado implica maneiras de existir, agir, interagir e pensar no mundo em que vivemos. Todas estas dimensões trazem para o campo científico uma gama de dados ricos em inter-relações que nos aproximam da complexidade a que estamos implicados, ao estudar psicologia.

Nesse sentido, nos questionamos a respeito desse campo de forças que faz com que essas subjetividades se disponham a engajar-se em um movimento. Pretendemos entender em que as práticas e os discursos, que circulam dentro deste movimento contribuem para os processos de subjetivação de seus participantes e como se dão as relações de grupo entre

as pessoas que se unem com o objetivo de reivindicar, e que em alguns momentos operam para a reprodução e em outros para a invenção.

Para abordar a temática proposta, o trabalho está dividido da seguinte maneira:

No primeiro capítulo procuramos discutir e contextualizar a problemática das atuais relações de trabalho que são atravessadas por um sistema capitalista dominante. Apresentamos que a produção em massa de subjetividade aprisiona os trabalhadores em relações de trabalho reprodutivas. Assim, os processos criativos e inventivos são direcionados para atender a lógica do capital e sua sociedade de controle. O caso das serventes com suas questões atreladas à axiomatica do capital é um reflexo das situações a que são submetidos os trabalhadores de maneira geral e mais ainda os trabalhadores de baixa renda.

No segundo capítulo, apresentamos a filosofia da diferença e conceitos que nos ajudam na análise teórica dos processos de subjetivação e das linhas que compõem o movimento das serventes. Através da filosofia da diferença, percorremos um caminho em que acompanhamos a criação de linhas e a invenção de novos territórios que são habitados por essas profissionais. A leitura do movimento a partir de uma lógica da diferença nos proporciona um olhar que escapa aos mecanismos reprodutivos e que valoriza os processos potencializadores da vida.

No capítulo III, apresentamos e analisamos o movimento das serventes, destacando as linhas que o atravessam. Entre a captura, a invenção e reterritorialização, o movimento das serventes resiste. A coexistência desses planos, destacados em nossas análises, traz algo de novo para o campo de

investigação dos processos grupais: os dispositivos de resistência. Através da análise desses dispositivos procuramos apresentar o grupo enquanto dispositivo de resistência potencializador dos movimentos reivindicatórios.

As conclusões são apresentadas ao final do estudo.

CAPÍTULO 1

CONTRIBUIÇÕES PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO E DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

1. 1 – A produção e o trabalho

Muito se tem falado da relação homem e trabalho e de suas transformações ocorridas ao longo da história. De um trabalho inicialmente artesanal e de subsistência o homem passou a ter uma produção industrial e tecnológica que supera todas as necessidades.

Dando início a nossa análise, vamos apresentar as contribuições dadas pelo marxismo¹. Marx (1983) ressalta a importância de observarmos primeiramente a produção material para depois darmos atenção à produção subjetiva. Para o autor, os indivíduos produzem em sociedade e o próprio indivíduo do século XVIII é produto da decomposição das sociedades feudais e das forças produtivas que surgiram ao longo da história. Ele ressalta que, apesar de alguns teóricos apontarem para uma concepção de natureza humana independente de elementos históricos, esta realidade é, de fato, uma ilusão mítica. São os processos históricos, com as mudanças e os conflitos sociais, que produzem a realidade e nos permitem abordar os homens reais. Mesmo se considerarmos o indivíduo como um produtor

¹ Estamos denominando de marxismo o conjunto de pensamentos econômicos, políticos e filosóficos estabelecidos por Karl Marx e Friedrich Engels e que mais tarde foram desenvolvidos por seus seguidores. De acordo com Aranha e Martins (1988) o marxismo possui dois elementos de análise: o materialismo dialético, que pela via da dialética aposta na movimentação e evolução constante da vida e da consciência. E o materialismo histórico, que discute como os modos de produção são fatores determinantes dos fenômenos históricos e sociais.

individual, ao analisá-lo acabaremos por esbarrar em questões referentes à família, tribos ou a diferentes formas de comunidades. Assim, a partir de uma visão histórica, o que diferencia fundamentalmente as sociedades é o modo como se dá a produção. Ora, a produção é aqui entendida como a relação entre forças produtivas e as relações de produção, em cuja interface se localiza o trabalho. Desta maneira, o trabalho, enquanto produção, pode ser o lugar em que o homem expressa sua interioridade e se conecta ao corpo social. Vale lembrar que, da mesma forma que o trabalho pode ter essa dimensão libertadora para o homem, Marx (2004) ressalta que ele também pode ser fonte de sofrimento e aprisionamento, quando o mesmo produz alienação. Porém, para dar seguimento ao nosso raciocínio vamos nos ater apenas à questão do trabalho enquanto produção.

Nessa perspectiva, o conceito de trabalho é concebido a partir da relação entre homem e natureza. O trabalho consiste em um processo que se dá nesta relação. O ser humano, através de suas ações, defronta-se com a natureza em uma relação de forças. Ele usa sua força natural, na ação de seu corpo, apropriando-se dos recursos da natureza para dar-lhes uma forma útil à sua vida. Neste sentido, o trabalho é o que diferencia o homem do animal. Pois é na criação humana, que se dá pelo trabalho, que o homem, diferentemente do animal, cria seu mundo e estabelece conexões: "(...) o animal apenas se produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre diante do seu produto" (MARX, 2004, p. 117). É através de sua ação na natureza, enquanto transformação, que o homem se liberta de sua condição singular e solitária. Para Marx (2004) o trabalho possibilita uma conexão entre o homem e o mundo externo:

(...) o elemento do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem: ao não se reproduzir somente intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele se duplica de modo real e percebe a sua própria imagem num mundo por ele criado. (MARX, 2004, p.117).

Apesar de seus questionamentos incluírem até indivíduos que vivem isoladamente por uma série de motivos, o autor privilegia suas pesquisas em indivíduos que ele considera possuírem um determinado nível de desenvolvimento social, ou seja, indivíduos que vivem em sociedade. Para o autor:

(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. (...) O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1983, p. 24)

Dessa maneira, podemos concluir que: “A produção é sempre apropriação da natureza pelo indivíduo no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada.” (MARX, 1983, p. 205). E os modos de produção vão designar os modos de criação de meios de vida materiais necessários à sobrevivência do homem e seu desenvolvimento em sociedade. Neste raciocínio, a história pode ser dividida em períodos que caracterizam modos de produção distintos. Cada sociedade, predominante em determinada época histórica, se diferencia pelo modo em que se dá sua produção em uma articulação de forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas dizem do homem e de sua relação criativa com a natureza. Já as relações de produção dizem dos meios de produção e da forma pela qual o homem se apropria do trabalho e faz a distribuição social destes meios.

Cada modo de produção possui leis econômicas específicas que se sucedem ao longo da história. Primeiramente, temos o modo primitivo representado pela sociedade indígena, pelos povos eslavos e pelos antigos Celtas, logo em seguida

temos a sociedade escravista, representada pelos gregos e romanos, depois vem a sociedade feudal, característica dos povos da Europa antiga e por último a sociedade capitalista que teve início na Europa a partir do século XV, apesar de algumas de suas características estarem presentes desde a idade clássica. Para MARX (1983), o modo de produção capitalista é o momento da mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção.

Apesar dos modos de produção serem distintos, existe uma arbitrariedade da distribuição da produção que prevalece. Por exemplo, nas sociedades primitivas prevalecia a lei do mais forte e quem sobrevivia tinha o direito sobre a produção, já na sociedade burguesa o direito sobre a produção existe da mesma forma, estando vinculado à figura do Estado. As leis e o direito sempre atravessam as relações de produção nas sociedades e a distribuição nunca é realizada de maneira imparcial:

(...)o escravo, o servo e o trabalhador assalariado recebem todos uma determinada quantidade de alimentos que lhes permite subsistir como escravo, como servo e como trabalhador assalariado; por seu lado, o conquistador vive dos tributos, o funcionário vive dos impostos, o proprietário do rendimento das terras, o monge das esmolas, o levita do dízimo - e todos estes recebem uma parte da produção social, mas esta parte é determinada por leis diferentes das que se aplicam ao escravo, etc.(MARX, 1983, p.205)

Portanto, a distribuição é desigual, pois o homem é capaz de produzir muito mais do que consome. Essa característica é exacerbada no capitalismo, em que o trabalho não é realizado somente para a satisfação das necessidades básicas, mas, sobretudo, para produzir mercadorias para troca. Para o autor, o trabalhador se tornou um escravo da produção capitalista e isto permanece até os dias de hoje.

Sennet (1988) ressalta que, na primeira metade do século XVIII, principalmente na França e na Inglaterra, o crescimento do comércio internacional

provocou o aumento nos empregos dos setores financeiro, comercial e burocrático, o que afetou diretamente a vida social das cidades.

Os jovens que vinham para a cidade encontravam trabalho nessas profissões mercantis e comerciais; na verdade havia como que uma escassez de mão-se-obra, pois havia mais empregos que exigiam trabalhadores alfabetizados do que jovens que sabiam ler. (SENNET, 1988, p.79)

Os artesãos não conseguiam disputar o espaço central das cidades com os mercadores e, sendo assim, começaram a abandonar as capitais. Para este autor a expansão do comércio e o crescimento da burguesia tiveram implicações diretas na perda de identidade dos trabalhadores: as famílias perderam seu local de trabalho e sua comunidade de fregueses; nestas condições era mais difícil transmitir uma profissão de pai para filho. Os pais tinham apenas uma herança em capital e um ofício que pouco dizia a seus filhos sobre “quem eles eram”.

Para Braverman (1980), que tem uma leitura marxista, o grande potencial de produção provocou a necessidade de o mundo capitalista estabelecer relações entre compra, venda e força de trabalho. No momento em que estas relações são estabelecidas ocorre a separação entre trabalhadores e os meios de produção, pois para terem acesso ao produto, os trabalhadores deveriam vender sua força de trabalho. O autor ressalta que, embora os trabalhadores vendessem sua força de trabalho desde a antiguidade, foi com a instauração do capitalismo industrial, no século XVIII, que se constituiu a classe de trabalhadores assalariados. Nesse momento, o sistema econômico capitalista consegue converter todas as demais formas de trabalhar em trabalho assalariado. Neste contexto, o início do capitalismo industrial se deu quando um número significativo de trabalhadores passou a ser empregado por uma única unidade de produção capitalista. A partir daí surge a

necessidade de uma gerência, pois, se fez necessário reunir, organizar e coordenar o trabalho desse grupo. Como o que estava em jogo era uma ordem regida pelos interesses do capital, quem irá ocupar esse posto gestor é quem tem a posse do mesmo, logo, o capitalista. Nesse contexto, o gerenciamento capitalista foi tomando formas rígidas e despóticas.

Na evolução das relações entre homem e trabalho no sistema capitalista, Braverman (1980), ainda aponta para duas transformações significativas: a divisão do trabalho e a divisão social do trabalho. Acerca dessas divisões, o autor afirma que:

A divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações (...), e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. (...) Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a *sociedade*, a divisão parcelada do trabalho subdivide o *homem* (...) (BRAVERMAN, 1980, p. 72)

Desta forma, a força de trabalho se tornou definitivamente uma mercadoria e passou a ser organizada de acordo com as necessidades dos compradores. Os compradores, por sua vez, tinham como interesse fundamental baixar os custos da mercadoria. Logo, a força de trabalho foi fracionada em partes mais simples na intenção de desqualificar e baratear seu custo. O homem, então, se distancia cada vez mais de seu objeto de criação que passa a valer cada vez menos. O trabalho, base da exploração do capitalismo, torna-se, dessa maneira, degradante.

Neste contexto, surgem diferentes formas de organização do trabalho, dentre elas, as baseadas nas idéias de Frederick Wislow Taylor (1856-1915) que fundaram modelo de gerenciamento que se convencionou chamar de taylorismo. Nas contribuições trazidas por Taylor ao mundo do trabalho, examinadas a seguir,

encontramos a origem de muitos problemas enfrentados pelos trabalhadores até hoje (Braverman, 1980; Leite, 1996; Harvey, 2003).

Foi Taylor quem enfatizou a idéia da racionalização do trabalho, sustentando suas idéias no processo de divisão do trabalho. Com o modo de produção taylorista o homem deixou de ser o criador ou idealizador de sua obra, tornando-se apenas uma parte do processo. Com a divisão de tarefas o homem perdeu o contato com o percurso criativo do cotidiano de seu trabalho. A idéia era a de que o homem agora fizesse parte de um processo que era medido, cronometrado e sistematizado, de forma que pudesse ser controlado em todo o percurso de seu trabalho, garantindo assim, menores tempos de produção e maiores lucros.

Como salienta Harvey (2003), o taylorismo surge de uma necessidade do mercado capitalista de aproveitar a mão de obra imigrante, pouco qualificada, que, como já vimos antes, se tornava cada vez maior. O empregador tinha um grande gasto com mão de obra qualificada e ao mesmo tempo havia uma grande parcela da população desempregada, que estava disposta a se submeter a qualquer serviço em troca de salários, na maioria das vezes, inferiores. Assim, uma mesa, por exemplo, que era produzida anteriormente por um marceneiro que aprendera com o pai seu ofício, aprendizagem adquirida através de anos, passa neste momento a ser produzida em pedaços de madeira que seriam encaixados num tempo previsto. Taylor pretendia garantir maior produtividade e rentabilidade para o empregador, o que, em seu ponto de vista, garantiria maiores benefícios para o empregado. Mas, não foi bem isso o que aconteceu e não é o que acontece até nos dias de hoje. Enriquez (1975) nos alerta que:

O trabalho parcelado introduz então o controle organizacional e a burocracia dentro da empresa. (...) vai reforçar as capacidades de controle da gerência, ficando cada contramestre atento ao que concerne a sua

função. A profissionalização tende a desaparecer e, com ela, a ligação do operário com seu trabalho. (ENRIQUEZ, 1975, p. 2)

Nas fábricas de automóveis de Henry Ford (1863-1947) surgiram novas práticas de produção, o chamado modo de organização fordista. Porém, Harvey (2003) nos lembra que o modo de organização fordista foi apenas uma racionalização de velhas tecnologias, ou seja, mais uma detalhada divisão do trabalho preexistente:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernistas e populista. (HARVEY, 2003, p.121)

O sistema fordista não sustentava os aumentos de produtividade do trabalho exigidos pelo mercado capitalista, o que provocou no final da década de 60 e início da década de 70 uma crise nos modos de organização tayloristas/fordista. O autor afirma que os problemas provocados pela rigidez dos investimentos de capital fixo em larga escala e em longo prazo, em sistemas de produção em massa, impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento em mercados de consumo que não variavam. A rigidez do modo de produção fordista tentava garantir o contrato social entre Estado, capital e trabalho, o que não se mostrava mais sustentável, dado as exigências do capital. Dessa forma nasceu um novo sistema de organização que privilegiava a “acumulação flexível”.

O sistema de acumulação flexível contava com a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. Porém, com todas essas diferenças, Harvey (2003) assinala que o sistema de acumulação flexível não trouxe grandes novidades no que se refere à qualidade de vida do

trabalhador. Apesar de sua ênfase na flexibilidade, também visava alta produtividade com qualidade; baixos custos de produção e polivalência da mão-de-obra para lidar com um mercado que cada vez mais ampliava suas fronteiras. Desta forma, para lidar com uma expansão de mercado de nível internacional foi exigida do trabalhador uma maior qualificação para o trabalho. O que Harvey (2003) adverte em seus estudos é que a forma de organização do trabalho desde então passou por diversas transformações mas seria um erro acharmos que essas transformações trariam apenas benefícios para a vida do trabalhador.

Um raciocínio tecnológico e organizacional com base no sistema capitalista ainda é o que prevalece de maneira indireta nos modos de produção das sociedades atuais.

(...) o sistema fabril pode formar intersecções com sistemas de manufatura domésticos, de oficina e artesanais, como um exército de reserva industrial é mobilizado como contrapeso ao poder dos trabalhadores com relação ao controle do trabalho e aos salários, o modo como forças intelectuais e novas tecnologias são empregadas para pôr por terra o poder organizado da classe trabalhadora, os recursos capitalistas na tentativa de promover o espírito de competição entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que exigem flexibilidade de disposição, de localização e de abordagem de tarefas. (HARVEY, 2003, p.175)

Assim, apesar dos sistemas atuais de organização criarem muitas oportunidades para os trabalhadores, estes não estão livres das situações de exploração.

Para Harvey (2003), as conquistas dos trabalhadores foram suprimidas no mundo da produção, que destruiu e reconstruiu habilidades do trabalhador, provocando ganhos modestos de salários reais e um retrocesso do poder sindical. Ocorreu uma redução dos empregos regulares e uma redução nos benefícios dos trabalhadores. As empresas passaram a utilizar cada vez mais o trabalho parcial, temporário e subcontratado, exigindo do trabalhador maiores especializações.

O que temos no cenário atual é um atravessamento das diversas formas de organização do trabalho anteriormente citadas e o predomínio de um sistema capitalista com dimensões globais. No final do século XIX, com o desenvolvimento tecnológico, o mercado ganhou; ampliou suas dimensões e aumentou suas características competitivas. Para Goulart e Guimarães (2002) o processo que pode ser chamado de globalização da economia teve seu início ao término da Segunda Guerra Mundial, quando as empresas multinacionais ganharam maior importância, constituindo uma rede de relações comerciais internacionais. As autoras advertem que:

Se por um lado a globalização parece unir os povos, por outro ela os separa, já que o que o modelo de produção pretendida e os valores apregoados provêm dos países mais desenvolvidos, enquanto produtos e valores dos menos desenvolvidos tornam-se cada vez menos atraentes. (GOULART, GUIMARÃES, 2002, p. 19)

Decerto, com a globalização há uma reestruturação do sistema capitalista, da produção industrial e conseqüentemente do trabalho. O trabalho, cada vez mais competitivo, atingindo dimensões globais, necessita conjugar produtividade e qualidade. A noção de qualidade do produto é levada aos extremos, exigindo das empresas a qualificação do trabalhador. Conseqüentemente surgiram os programas de qualificação profissional.

Goulart e Guimarães (2002) pontuam que apesar da diversidade de pesquisas existentes sobre as repercussões desta nova fase, todas as abordagens convergem para a questão do desemprego e crescimento das desigualdades socioeconômicas. Para as autoras existe uma unanimidade em ressaltar que há uma precarização do trabalho, o que aumenta a tensão no ambiente laboral, provocando

sentimentos de instabilidade e insegurança cada vez maiores. A este respeito, Fonseca (2002) faz a seguinte colocação:

A globalização e a internacionalização do capital, associadas ao incremento da ideologia neoliberal, meritocrática e individualista, têm introduzido, no âmbito da sociedade globalizada, um paradigma de relações sociais marcado pela conflitualidade, pelas desigualdades, pelo modelo homogeneizador do capital, cuja lógica molar e supracodificante se estende aos campos da cultura e do cotidiano dos diferentes grupos sociais. (FONSECA, 2002, p. 13,14)

Para a autora estamos numa época em que há um conflito entre forças totalizadoras e homogeneizadoras do capital e as forças de individuação e singularização. As tensões estão gerando novas configurações no âmbito do trabalho. Surgem novos territórios existenciais, novos modos de subjetivar e de trabalhar. Existe uma pluralização do trabalho e diferenciações no modo de organizá-lo. O capital exige flexibilidade e mudanças rápidas para manter o controle global e cada vez mais ampliar seus domínios. Fonseca (2002) define a situação do mercado atual da seguinte maneira:

A internacionalização do capital e a acentuação da queda de fronteiras nacionais, as possibilidades de conexões informativas, em tempo real, em nível planetário, as novas concepções de flexibilização na capacitação para o trabalho evidenciam que as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante e rápida. (FONSECA, 2002, p.15)

Sennet (2001) exemplifica como essas mudanças acabam afetando as pessoas no âmbito pessoal e subjetivo. O autor explica que no mundo atual não existe mais “longo prazo”; os prazos devem ser curtos. Portanto, valores como compromisso, confiança e lealdade, que são construídos nas relações através do tempo, sofrem profundas transformações, chegando, até, a serem desconsiderados. Os contratos não são feitos para durarem, mas para serem rompidos a qualquer

momento em que uma das partes achar necessário. A lógica que predomina é a dos interesses pessoais acima de tudo e a da satisfação individual. Os valores hoje difundidos são os da confiança em si mesmo, da desinibição, da flexibilidade e da iniciativa, todos voltados para um jogo altamente competitivo proposto pelo mercado capitalista.

Segundo o autor, os profissionais têm investido em uma cooperatividade superficial e em um distanciamento que lhes garante uma blindagem melhor para enfrentar a realidade atual, desprezando valores como lealdade e compromisso. Sennet (2001) afirma que:

“Não há longo prazo” é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo. A confiança pode, claro, ser uma questão puramente formal, como quando as pessoas concordam numa transação comercial ou dependem de que as outras observem as regras de um jogo. Mas em geral as experiências mais profundas de confiança são mais informais, como quando as pessoas aprendem em quem podem confiar ou com quem podem contar ao receberem uma tarefa difícil ou impossível. Esses laços sociais levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e brechas das instituições. (SENNET, 2001, p.24)

Fonseca (2002), ainda, pontua que o capitalismo mantém uma relação ambivalente com o trabalhador:

De uma parte, valoriza-os/as, em termos de suas capacidades de empreendimento e criatividade, e, de outra, não se mostra mais comprometida com seus recursos humanos, fornecendo-lhes garantia de estabilidade, ascensão funcional e proteção. (FONSECA, 2002, p. 17)

E concluindo, Sennet (2001) ressalta que o comportamento que garante o sucesso profissional ou somente resulta na sobrevivência no trabalho, pouco tem a oferecer aos trabalhadores no que se refere às relações familiares e pessoais. Sobrecarregado de exigências e de valores que não dizem respeito aos seus interesses próprios, o trabalhador, apesar de tantas conquistas, ainda se encontra

em situações em que reproduz um sistema dominante capitalista que, como já vimos, pouco tem a ver com os interesses que lhe são singulares.

Contudo, embora vivamos em uma conjuntura atual de grande captura do trabalho, acreditamos que este tanto pode ser fonte de assujeitamento quanto um mecanismo promotor de ações coletivas.

O trabalho como assujeitamento está presente nos momentos em que vemos o trabalhador distante de suas reais necessidades, sendo manipulado por uma ordem externa. Dessa forma, o assujeitamento é a condição na qual o homem se encontra submetido a uma regra se identificando com a mesma ao ponto de se sentir obrigado a cumpri-la, mesmo que esta não lhe seja coerente. Para Guattari (1981b) a condição de sujeitado se diria daquela que está submetida a uma organização hierárquica, vertical ou piramidal, em que esta ordem governa e assegura os limites das relações estabelecidas, impedindo o desenvolvimento de cortes criativos visando sua autoconservação.² Por outro lado, o trabalho enquanto mecanismo de coletivização, é o trabalho que conecta, que agencia, que cria possibilidades. É o trabalho produtivo, inventivo; o espaço em que o indivíduo produz o seu mundo e produz a si mesmo.

Vimos, através das idéias de Marx (2004) e outros autores, que a produção pode ser a base de nossas análises históricas sobre a condição do indivíduo na sociedade. Entretanto, há outras leituras no que diz respeito a essa problemática.

² Guattari (1981a) trabalha com dois pólos de análise: grupo sujeito e grupo sujeitado. Para o autor o grupo sujeitado é o pólo da organização binária, vertical, que estimula a reprodução visando a manutenção do próprio grupo, mesmo que para isso tenha que tirar sua liberdade. Já o grupo sujeito é o espaço do *non sense*, do desenvolvimento de cortes criativos, da enunciação coletiva, das tensões e da reflexão.

1.2 - A realidade, suas capturas e resistências

Também fundamentando suas idéias na questão da produção, Deleuze e Guattari (1976) afirmam que toda realidade é produzida. Enquanto o raciocínio marxista enfatiza as relações econômicas e sua importância no processo produtivo, os autores ampliam a base da produção econômica para a vida, e insistem na produção como processadora de tudo que existe e nos cerca. Em entrevista a Toni Negri, Gilles Deleuze (1992) salienta que o essencial no pensamento de Marx diz respeito a sua análise do capitalismo com um sistema imanente que possui uma força que se renova constantemente, transformando-o e ampliando suas limitações. Neste sentido, o capitalismo “(...) não é universalizante, homogeneizante: é uma fantástica fabricação de riqueza e miséria” (DELEUZE, 1992, p. 213), produzindo-se constantemente e nutrindo-se da criação, atrelada hegemonicamente ao capital.

Mas apesar das semelhanças existentes entre os pensadores da filosofia da diferença³ e as idéias discutidas por Marx,³ devemos ressaltar que, no marxismo, a lógica gira em torno de um pensamento dialético, enfocando uma leitura histórica a partir das contradições e lutas de classes. Já na filosofia da diferença, o que se privilegia é a lógica da imanência, da criação e da potência inventiva. A história não é considerada como sujeita a transformações apenas a partir de conflitos de classes e divergências, mas por acasos e pelo atravessamento de linhas de forças transversais. Além disso, o marxismo enfatiza as relações econômicas como essenciais no processo produtivo, o mesmo não acontecendo no outro raciocínio, pois a produção é considerada como estando no âmago da vida, da potência

³ Com relação a Filosofia da diferença, consultar capítulo 2, página 38.

inerente à vida, que pode ou não se encontrar capturada em formas instituídas, enfatizando os agenciamentos e os encontros para escapar desses aprisionamentos.

Na filosofia da diferença, assim como foi introduzido por Marx, a história é dividida de acordo com três modos de produção. A construção deste pensamento histórico se dá a partir de uma lógica das contingências e não mais da continuidade. Deleuze e Guattari (1976), seguindo a teoria formulada por Marx, mas fazendo um uso peculiar de suas idéias, procuram elucidar a história sob a ótica do capitalismo, apontando modos de produção.

O primeiro modo de produção descrito pelos autores é o selvagem. O modo de produção selvagem é característico de um período primitivo em que a terra é que determina a produção da vida e das relações por ela geradas. “Ela é a superfície sobre a qual se inscreve todo o processo da produção, registram-se os objetos, os meios e as forças de trabalho, distribuem-se os agentes e os produtos.”(DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 179) Neste período, códigos são produzidos livremente autorizando a circulação dos homens em sua ligação com a terra. Aconteciam trocas primitivas que não possuíam equivalência alguma, mas diziam dos rituais de cada tribo. A organização dos sujeitos é dada pela divisão em grupos. O coletivo é a marca deste período inclusive por uma questão de sobrevivência.

O segundo modo de produção é dos bárbaros, caracterizado pelo predomínio de uma sociedade imperial despótica. A figura do déspota se destaca, centralizando as formas de produção e criação, através de uma sobrecodificação do que foi produzido. O déspota é o representante direto do divino; toda produção de códigos está subordinada à sua figura que tem um caráter de transcendência. A sociedade se divide em castas e a dominância é política ao invés de territorial. O grafismo se

aperfeiçoa nesta fase e a voz é capturada nos papiros. Com a criação da escrita, todas as formas de desejo foram capturadas e submetidas a uma ordem despótica em que as relações não podem mais ser diretas, mas mediadas. Pois, nas palavras de Deleuze e Guattari (1976):

O desejo não ousa mais desejar tornado desejo do desejo, desejo do déspota. A boca não fala mais, ela bebe a letra. O olho não vê mais, ele lê. O corpo não se deixa mais gravar como a terra, mas se prosterna diante das gravuras do déspota, a ultraterra, o novo corpo pleno. (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 261)

O terceiro modo de produção apontado pelos autores é o atual, dos civilizados capitalistas. Um momento em que tudo o que as outras sociedades construíram se transforma; tudo é descodificado para ganhar um outro sentido, uma outra lógica: a lógica do capital. Nesse modo de produção os fluxos são liberados de seus códigos para em um segundo momento serem atrelados ao capital. Nesta lógica, a forma de dominação é econômica e o capital é que controla os atravessamentos, as transformações e as criações. O controle do capital gera uma reprodução em massa de um mesmo modo de produção capitalista. Sua produção estabelece conexões múltiplas e, através de uma rede, tenta capturar e descodificar todas as potências de transformação.

Para Guattari (1981c), o modo de produção capitalista tem uma configuração que ele denomina “Capitalismo Mundial Integrado”. Este conceito chama atenção para a forma como o capitalismo colonizou todo o planeta, até mesmo países que, pela sua história, pareciam escapar destas formas de controle como a China e os países que se diziam soviéticos. No Capitalismo Mundial Integrado não existe um respeito aos modos de vida tradicionais. No que se refere às relações de trabalho, o autor sugere que:

Consideremos primeiro que não existe apenas uma divisão internacional do trabalho, mas uma mundialização da divisão do trabalho, uma captação geral de todos os tipos de atividade, inclusive os que formalmente escapam da definição econômica do trabalho. Os setores mais "atrasados", os modos de produção marginais, a vida doméstica, o esporte, a cultura, etc., que até agora dependiam do mercado mundial, estão caindo sob o seu domínio uns atrás dos outros. (GUATTARI, 1981c, p. 212)

Neste sentido, podemos afirmar que o controle do Capitalismo Mundial Integrado atravessa todas as atividades humanas, moldando modos de existência. Este sistema usa como operador fluxos que codificam tudo a favor de uma lógica reprodutiva dominante. Deleuze (1971) complementa que as pessoas são cortes nos fluxos, pois uma pessoa pode provocar ou receber fluxos. Por exemplo, o jeito que uma mulher corta seu cabelo é transmissor e receptor de diversos códigos, códigos de idade, de estado civil, de *status* social, etc. Estes códigos servem para marcar e classificar a vida das pessoas. No entanto, o capitalismo também descodifica, desterritorializa os fluxos e os ordena no capital, estabelecendo outras formas de controle e de reprodução.

A esta rede de fluxos que faz com que tudo obedeça a uma única lógica dominante, que é exatamente a lógica do capital, os autores da filosofia da diferença dão o nome de axiomática. O Capitalismo Mundial Integrado exerce, dessa maneira, seu controle através da conjunção de fluxos, que são descodificados e desterritorializados para, em seguida, serem reconectados em uma mesma lógica. A axiomática é esta captura de fluxos que reverte tudo ao domínio do capital, que torna todos os fluxos equivalentes a essa moeda, que age diferente da troca primitiva, em que cada código valia por si, por sua inserção na comunidade. O dinheiro não corresponde mais a mercadoria; o trabalho não é mais para gerar vida ou suprir necessidades. Na axiomática, o dinheiro é capital e o trabalho também será convertido em capital. A axiomática transforma o sentido das coisas para atribuir-

lhes um novo sentido que lhe é conveniente, um sentido que garante a circulação dos fluxos apenas na rede de controle da axiomática. Ou seja, todas as coisas vão ser capturadas para reproduzir uma mesma lógica, que submete todos os fluxos seja qual for sua qualidade, a uma equivalência geral. Tudo deve obedecer a uma mesma lógica para não se perder o controle.

Neste contexto, o modo de produção capitalista aparece como resultado desta conjunção de fluxos desterritorializados e congregados no valor do capital. Quando as lógicas tradicionais ficaram enfraquecidas pelas transformações da história e foram perdendo seu sentido, a lógica capitalista entra em cena capturando os fluxos perdidos.

De acordo com Guattari (1981c), a axiomática do capital é caracterizada por três tipos de transformações: cerco, desterritorialização e segmentariedade. O cerco é o momento de definição de seu campo de atuação. O capitalismo faz um movimento de recomposição constante, “ (...) remanejando as relações sociais e desenvolvendo mercados cada vez mais artificiais, não só no campo dos bens, mas também no das informações e afetos.” (GUATTARI, 1981c, p. 214). Quanto à desterritorialização, esta se refere à descentralização de seu poder. O poder no Capitalismo Mundial Integrado não possui um território definido, não está estagnado, permanece em constante movimentação com o objetivo de atingir áreas cada vez maiores. Já a segmentariedade, tem como objetivo estabelecer métodos de hierarquização, organizar através da segmentação espaços disciplinados de controle do capital.

Toda vez que algo esquiva do controle do capital, as funções da axiomática entram em jogo, definindo campos, enfraquecendo as bases e dividindo o território

de maneira sistematizada para facilitar sua prevalência. Por isso, Deleuze (1971) afirma que a axiomática se refere ao poder de recuperação do capitalismo:

É a famosa potência de recuperação no capitalismo: cada vez que alguma coisa parece lhe escapar, parece passar sobre esses *simili*-códigos, ele preenche novamente tudo isso, ele acrescenta um axioma a mais e a máquina recomeça. (...) É que ele dispõe de uma espécie de axiomática, e quando ele dispõe de alguma coisa de novo, que ele não conhece, é como para toda axiomática, no limite não saturável: ele está sempre pronto a acrescentar um axioma a mais para fazer com que as coisas funcionem. (DELEUZE, 1971, s/n.)

Mas, Guattari (1981c) adverte que a axiomatização do capitalismo não impede que novos agenciamentos humanos, novas resistências se constituam, rompendo com a lógica totalitária e estabelecendo novas referências. O autor acredita que: “O que separa essencialmente o homem da máquina é o fato de ele não se deixar explorar passivamente como ela” (GUATTARI, 1981c, p.197). Nesse sentido, a força da vida capturada pelo capitalismo também é potência e capacidade de resistência.

Também nesta mesma linha de pensamento Rolnik (1997) traz contribuições para a análise do capitalismo e sua influência nos processos subjetivos. A autora defende que a globalização da economia e os avanços tecnológicos intensificam as potências individuais e coletivas estimulando a invenção de novas maneiras de viver, de novos recursos para criação de mundos possíveis. No sistema capitalista o avanço, principalmente dos meios de informação, multiplica a velocidade dos fluxos que nos compõem: Cada vez mais se multiplicam as formas de viver e de inventar a vida, configurações são criadas e desfeitas em um processo ininterrupto de produção de diferenças. Porém a autora adverte que:

Não é tão simples assim: é que a mesma globalização que intensifica as misturas e pulveriza as identidades, implica também na produção de *kits* de perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem

consumidos pelas subjetividades, independentemente de contexto geográfico, nacional, cultural, etc. Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade. (ROLNIK, 1997, p.19)

Dessa maneira, observamos que o que em um primeiro momento parece com diversidade e liberdade de escolha das subjetividades, pode ter o intuito de sustentar exatamente a axiomática do capital. A lógica capitalista captura as forças inventivas a serviço da criação de campos de mercado, novos territórios de consumo, em que o princípio organizador é a produção da mais-valia subjetiva que passa a ser gerida em formas padronizadas e seriadas. O que diz respeito a territórios existenciais passa a ser comercializado e determinado. Dessa maneira, são vendidos modos de habitar, de se apresentar, de relacionar, de construir conhecimento, dentre outros.

Para Pelbart (2003) existe uma nova relação entre capital e subjetividade, pela qual o capital, através das tecnologias da informação, tais como imagens, serviços, acessos, dentre outras conexões, mobiliza e faz trabalhar a seu favor as esferas mais íntimas da nossa existência. Desta forma, o homem consome muito mais do que bens, ele consome formas e sentidos de vida: consome subjetividades seriadas, formas de existências padronizadas. O autor afirma que:

De repente os aspectos mais humanos do homem, seu potencial, sua criatividade, sua interioridade, seus afetos, tudo isso que ficava de fora do ciclo econômico produtivo, e dizia respeito antes ao ciclo reprodutivo, torna-se a matéria-prima do capital, ou torna-se o próprio capital. Isso tudo que antes pertencia à esfera privada, da vida íntima, ou até mesmo do que há de artístico no homem, daquilo que caracteriza mais o artista do que o operário passa a ser requisitado (PELBART, 2003, p. 99)

Neste sentido, o poder do capital torna-se cada vez mais sutil e refinado, constituindo, determinando a vida das pessoas por meio do consumo de modos de existência. Assim, a potência da vida e sua capacidade de invenção trabalham a favor do capital e da homogeneização, embora a subjetividade viva cada vez mais

experiências de desestabilização, tendo em vista a diversidade e a velocidade dos universos que a afetam.

Para Rolnik (1999) uma das estratégias utilizada pela subjetividade para defender-se de sua situação de desestabilização é a insistência em identidades locais fixas. A autora afirma que existe uma tendência no estabelecimento de um regime identitário e representacional que só pode ser combatido através de sua substituição por processos singulares produzidos através da invenção. Para resistir ao movimento massificador da subjetividade, o que importa é a busca e a valorização dos processos de singularização. Estes são definidos como:

(...) uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam subjetividade singular. (...) dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 17)

Ou seja, os processos de singularização, de subjetivação que se direcionam para a invenção, são processos⁴ que rompem com a condição de assujeitamento. Esta ruptura consiste em uma resistência, em um escape das identidades globalizadas flexíveis que se transformam rapidamente de acordo com os movimentos de mercado.

Para Benevides de Barros e Passos (2004) a complexidade da vida comporta relações de resistência e sujeição. Os autores advertem que, apesar da presença marcante do Capitalismo Mundial Integrado e suas formas de assujeitamento da vida, existem forças de resistência e criação que podem ser experienciadas nos processos de subjetivação. Para eles, as formas de dominação e controle se

⁴ Esses processos serão explicados conceitualmente no próximo capítulo página 52.

desenvolvem e se alastram cada vez mais tentando ocupar todos os territórios existenciais justamente porque existe uma grande tensão de resistência que escapa aos domínios capitalistas.

Nossa aposta é que, apesar de os modos de produção capitalista possuírem linhas de forças e dispositivos que atuam de forma a capturar o homem em um sistema de reprodução, que privilegia o trabalho alienado e os processos de subjetivação cristalizados; existem, também, linhas de fuga que agem em uma outra dimensão, potencializando forças produtivas que não servem para aprisionar, mas sim, para libertar o homem. Estas linhas de fuga agem ainda fortalecendo o homem em seus interesses que se encontram num espaço comum, no espaço do encontro, do entre e dos grupos. Acreditamos que estas forças permeiam todo o contexto e resistem à captura.

Para analisarmos o movimento das serventes, nos valem das idéias de Gilles Deleuze e Felix Guattari em sua proposta de uma filosofia da diferença a ser apresentada no próximo capítulo. Buscaremos assim, discutir nosso objeto de estudo a partir da leitura que estes autores fazem da realidade, através de um raciocínio de imanência. Para tal, realizamos um trabalho cartográfico, no intuito de identificar, compreender e analisar as principais linhas de força que atravessam esse movimento.

CAPÍTULO II

SUBJETIVAÇÃO E IMANÊNCIA

2.1 Introdução à filosofia da diferença

Para Peters (2000) o pensamento da diferença tem origem com Friedrich Nietzsche (1844-1900) que trouxe com seus questionamentos uma espécie de rejeição a todo tipo de conhecimento que se restringisse a um processo descritivo, que tivesse uma lógica meramente representativa da realidade. A partir das críticas levantadas por Nietzsche surgiram muitas outras, tais como, a crítica ao pensamento dialético e as análises dualistas e binárias.

A filosofia da diferença privilegia uma forma de pensar que é plural, que admite levarmos em conta as múltiplas facetas presentes em cada contexto. Muitas vezes a diferença e o plural podem vir associados à idéia de desordem. Entretanto esta vertente de pensamento da realidade busca justamente romper com a idéia de que existe uma ordem geral preconcebida se lançando à cata de várias ordens, uma vez que, a todo o momento, uma nova ordem poderá ser inventada em sua unicidade.

Nesse sentido, a filosofia da diferença rompe com a generalidade e a universalidade científica que busca a classificação e a categorização. Nesta filosofia o que interessa são as singularidades, ao invés da busca pela totalidade, buscam-se os micro-espacos, os casos particulares, as composições singulares. Enfocando o singular, para esta filosofia não existe somente repetição, mas também invenção,

pois a realidade está em constante movimento, apresentando-se como dinâmica e plural, e o que a ciência faz, de uma maneira geral, é exatamente enquadrá-la em uma ordem representativa e reducionista. Cabe ressaltar que, nessa perspectiva, quando se diz da diferença fala-se de sua oposição à identidade e à representação.

Deleuze defende a filosofia da diferença por se opor à primazia do idêntico e da representação. Em uma de suas aulas o autor afirmou:

Existe um primado ao mesmo tempo cronológico e lógico da idéia sobre o afeto, ou seja, dos modos representativos do pensamento sobre os modos não representativos. Haveria um contra-senso realmente desastroso se o leitor transformasse esse primado lógico numa redução. Que o afeto pressuponha a idéia, isso acima de tudo não quer dizer que ele se reduza à idéia ou a uma combinação de idéias. Nós devemos partir disto, que idéia e afeto são duas espécies de modos de pensamento que diferem em natureza, irreduzíveis um ao outro, porém simplesmente tomados numa tal relação que o afeto pressupõe uma idéia, por mais confusa que seja. (DELEUZE, 1978)

Para Schöpke (2004), este filósofo reinventou o conceito de diferença, no sentido em que, em sua obra, este termo ganha um novo significado. Nela, o diferente é aquilo que liberta e que dá espaço para a invenção, pois o que é diferente não será igual (identidade) nem semelhante (representação). A autora esclarece que o termo representação se refere, em sua origem, à imagem ou à idéia ou também aos dois sentidos ao mesmo tempo de algum objeto de conhecimento. Representar é remeter à imagem de alguma coisa ou tornar presente a sensação de algo que já foi por nós experienciado. A obra deleuziana é uma crítica ao pensamento representativo da filosofia clássica, pois, nesta forma de pensar “(...) a representação não pode apreender o que há de diferente em cada um de nós, o que há de singular em cada objeto.” (SCHÖPKE, 2004, p. 40) Portanto, a saída para a construção do conhecimento está na invenção, em tomarmos o pensamento como

potência criadora e não como potência reprodutora, capaz não de capturar, aprisionar a realidade, mas de compor novas formas de perceber o mundo.

Nesta filosofia, é preciso salientar que o conhecimento é produção, que persegue a *autopoiese* no sentido de criar e se utilizar de seus próprios componentes numa relação de auto-suficiência e de auto-invenção, conectando-se com forças heterogêneas, alheio a modelos explicativos e classificatórios. A diferença é aquilo que escapa à semelhança e à representação, possuindo estreita relação com o novo, com o inédito. Dessa maneira, o ato criativo se distancia da representação e também não tem referências na analogia, na oposição ou mesmo na repetição. Nas palavras de Deleuze (1998):

O que a filosofia da diferença recusa: (...) Recusa a alternativa geral da representação infinita: ou o indeterminado, o indiferente, o indiferenciado, ou então uma diferença já determinada como negação, implicando e envolvendo o negativo (assim, recusa também a alternativa particular: negativo de limitação ou negativo de oposição).(DELEUZE,1998, p.55)

Esta filosofia pode ser também definida pela defesa da imanência ou como uma teoria das multiplicidades. Em *Diferença e Repetição*, Deleuze (1998) discute como a primazia da representação se tornou um lugar de ilusão, não deixando espaço para a possibilidade do ato criativo. Neste sentido, é preciso pontuar que a representação não implica em nenhuma chance de criação, uma vez que esse domínio se define por uma relação de cópia de modelos transcendententes. Pensar por esse viés implica em reproduzir o que se deseja conhecer, em perseguir o significado que está além dos fenômenos e que os regem. Por outro lado, a criação é o espaço da imanência e da pura diferença.

A idéia de imanência é de grande relevância para compreensão desta filosofia. A imanência diferentemente da transcendência não se encontra associada ao que está além ou aquém da matéria, mas sim ao que lhe é consubstancial. “A

imanência absoluta existe em si mesma: ela não existe em algo, ela não é imanência a algo, ela não depende de um objeto e não pertence a um sujeito.” (DELEUZE, 2002, p. 12) Por isso, ela não remete a “algo” superior, nem a um sujeito. Deleuze (2002) esclarece que quando encontramos esta configuração em que a imanência não reporta a nenhuma outra coisa que não seja ela mesma é que estamos diante de um plano de imanência.

A idéia de plano⁵ de imanência é a idéia de um processo, que para Deleuze e Guattari (1992), envolve movimentos infinitos, em que este plano seria um absoluto ilimitado, um terreno em que os conceitos brotam. Por isso, os autores o definem também como um deserto no qual os conceitos habitam. Em um pensamento imanente os conceitos não são estáticos ou temporais: eles são conjunções de elementos e forças. Para os autores em questão: “O plano de imanência não é um conceito pensado nem pensável, mas a imagem do pensamento, a imagem que ele se dá do que significa pensar, fazer uso do pensamento, se orientar no pensamento...” (DELEUZE;GUATTARI, 1992, p. 53)

Pensar pela via da imanência significa também pensar de maneira rizomática. A idéia de rizoma, Deleuze e Guattari (1995) retiraram da botânica para explicar sua forma de pensar. As plantas rizomáticas são aquelas que, ao contrário das árvores que possuem apenas um vetor central, possuem vários vetores que se ramificam em todos os sentidos. Os rizomas possuem desdobramentos, eles são bulbos, tubérculos que fazem conexões a de infinito. A princípio não têm uma forma definida, não tem um início e um fim pré-estabelecidos, estão em constante transformação. A proposta de rizoma combate uma lógica explicativa, da

⁵ Embora o raciocínio de imanência e justaposição seja o mesmo, os autores usam uma terminologia distinta em obras diferentes. No *Anti-Édipo* privilegiam o termo superfície, já no *Mil Platôs*, privilegiam a idéia de planos. Ao longo do texto estes conceitos serão melhor explorados.

representação, pois aposta na exterioridade de forças que atuam na realidade e na subjetividade; forças que promovem afetamentos e conexões.

A forma rizomática é importante para exemplificar o caráter imanente, de auto-produção desta linha de pensamento. As conexões não formam um todo, são mutantes, vivas, fazem parte de uma construção interminável. Por isso, o plano de imanência é um absoluto ilimitado. Este sistema de pensamento é a-centrado e não possui nenhuma hierarquia, não segue nenhum modelo transcendente do qual se originam todas as interpretações da realidade. Nesse sentido, não sobredetermina o que se propõe pensar, e sim estabelece conexões entre diversos elementos que possuem dimensões próprias e conservam suas diferenças.

Para Orlandi (2000) a filosofia de Deleuze busca linhas de ação na diferença: as linhas são fluxos que permanecem em constante estado de experimentação, elas são processos inacabados, em construção contínua. Para o autor: “(...) elas experimentam a si mesmas nos encontros por elas provocados ou nos encontros que lhe são impostos por outras linhas da diferença em ação (...)” (ORLANDI, 2000, p. 49). Somos feitos de linhas, linhas duras, linhas flexíveis ou linhas de fuga. Como exemplo das linhas duras, podemos citar a família, o trabalho, a escola, dentre outras. Estas linhas estão presentes no tecido social e estão sempre determinando “quem somos”. Como exemplo das linhas flexíveis, podemos citar as modificações e desvios na construção de “quem somos”, que nos tiram de nós mesmos e nos convocam a ser de outro modo.

Examinando nosso objeto de estudo a partir dessa perspectiva, podemos notar que a profissão servente pode ser uma linha dura, porém, as conexões e construções do cotidiano do trabalho de uma servente são atravessadas também por linhas flexíveis. Nesse sentido, o plano de imanência comporta também um plano de

organização composto por linhas duras, e um plano de composição ou consistência composto pelas linhas flexíveis, que poderão formar linhas de fuga. (DELEUZE; PARNET, 1998). As linhas duras funcionam através de máquinas binárias, dispositivos de poder e planos de organização. As máquinas binárias são mecanismos que buscam uma visão reduzida, sempre em dois elementos. Estas máquinas são dualistas estabelecem padrões e classificações, ou é homem ou mulher, ou é negro ou é branco, ou é criança ou é adulto, ou é público ou é privado e assim por diante. Quando existe espaço para um terceiro, esta máquina apenas o permite para colocá-lo em oposição aos anteriores, voltando ao dualismo. Exemplo, não é A nem B é C. Note, que C aqui aparece como oposição ao que não é A nem B. Se não é homem, nem mulher, é homossexual. É homossexual porque não é homem nem mulher. Se pensarmos por uma lógica da diferença, pode-se ser homem homossexual ou bissexual ou ainda algo novo que pode ser inventado a qualquer momento. Existe sempre esta possibilidade para o novo e para a invenção, sustentada pelo plano de composição, pelo plano invisível de expansão da vida contida no plano de organização, onde as forças se articulam e se compõem nos afetamentos, nos encontros. O agenciamento com outras forças, efetuado neste plano, na medida em que a subjetividade é feita por linhas e forças, vai gerar novas formas de expressão.

A coexistência dessas linhas nos coloca em um campo de forças distintas que se entrecruzam. Por último, existem também as linhas de fuga, que propiciam, de fato, agenciamentos, novas conexões, processos de subjetivação inventivos. Estas linhas são aquelas marcadas pela diminuição da pressão e pela exigência. Com elas surge um novo tipo de angústia, mas também um novo tipo de serenidade, de suavidade.

Embora algumas subjetividades estejam mais endurecidas e não sejam atravessadas por todas estas linhas, vale lembrar que elas são imanentes e estão presentes em nosso cotidiano.

2.2 Subjetividade e subjetivação

Fundamentando-nos no raciocínio desenvolvido acima, podemos afirmar que a subjetividade passa a ser pensada também por um viés da imanência e da transversalidade, por um sistema complexo e heterogêneo que não designa uma “coisa em si” de essência imutável. Para Deleuze e Guattari (1976), o termo subjetividade se relaciona a três questões. A primeira diz respeito à influência de fatores subjetivos na sua retratação da atualidade histórica. A segunda diz respeito ao desenvolvimento da produção da própria subjetividade. Por último, tem-se a importância dada atualmente a aspectos ecológicos (no sentido de ambiente de uma forma geral) e a estudos acerca de usos e costumes relativos a ela.

A subjetividade não vai se caracterizar como algo que diz respeito apenas ao sujeito e suas representações. Nas palavras de Romagnoli (1999) ela “(...) é imanente a um campo social povoado de entidades incorporais, situações e acontecimentos.”(ROMAGNOLI, 1999, p.11). A subjetividade é processual e transversal, e essas características fazem com que seja possível manter suas conexões através de agenciamentos entre sujeitos e o mundo. Portanto, a noção de subjetividade não pode ser relacionada somente aos conceitos de indivíduo ou identidade, porque, enquanto processo, ela não se encontra vinculada apenas a

uma forma de expressão da singularidade, mas às forças que funcionam de maneiras distintas a partir dos encontros que são estabelecidos.

Para Rolnik (1999) existe uma tendência dominante ao estabelecimento de um modelo identitário e representacional no âmbito subjetivo: a busca pela afirmação da identidade e a intensificação da dispersão das identidades atravessam os processos de produção da subjetividade. Apesar de parecer necessária a oposição às formas de massificação da identidade ou a luta contra a cristalização de identidades locais, em um primeiro momento, o que realmente tem importância nesta configuração é o combate à própria referência identitária, que traz consigo a idéia de imobilidade e reprodução. Nesta perspectiva, a subjetividade quando atrelada a um estado estático associado a uma dimensão psicológica, remete à identidade do indivíduo. Neste momento estamos lidando com o correspondente à subjetividade psicológica, uma configuração que organiza a vida interior de um indivíduo em um determinado tempo historiado e remete à sua capacidade de conhecer e de reconhecer.

Em um outro plano temos o lado sensível da subjetividade que se encontra associada à capacidade de afetar e ser afetada pelo ambiente no qual está inserida pelos universos que a rodeiam. Desta forma, a subjetividade é também uma intensidade, uma conjunção de forças. No lugar de somente uma subjetividade psicológica, tem-se uma faceta inumana, invisível, molecular, que permite a invenção, a expansão da vida em conexões "(...) indivíduo-grupo-máquina-trocas múltiplas, que oferecem à pessoa possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se re-singularizar. (GUATTARI, 1992, p. 17)

Para Deleuze e Guattari (1976) a subjetividade não pode ser resumida a algo estanque ou pré-determinado pelo meio social ou histórico: ela deve ser apreendida em sua processualidade. Ela não deve ser vista como um produto final, mas como em constante processo de construção. Essa processualidade é alcançada pela exterioridade das forças que atuam nas linhas duras, na subjetividade psicológica que a lançam para “fora”, para a desubjetivação.

A produção de subjetividade irá implicar tanto em uma inter-subjetividade, manifestada pela linguagem e instâncias identificatórias que concernem a usos, costumes e características humanas, em suas linhas duras, em sua faceta formal, quanto em uma interseção, em um “entre” que se estabelece nas conexões e nos agenciamentos, nos dispositivos maquínicos, que fazem parte de sua faceta inumana. É exatamente a parte não-humana da subjetividade que pode desenvolver sua heterogênesse. Ou seja: o ser humano é um ser em relação, ele está em contato com tudo ao seu redor, ele possui capacidade de afetar e ser afetado desta forma tudo é matéria para a construção da subjetividade, dependendo apenas dos agenciamentos estabelecidos. Guattari (1992) afirma que a produção maquínica de subjetividade pode trabalhar tanto para a reprodução da vida e massificação da subjetividade; quanto para sua imanência e expansão, no sentido de um processo inventivo e criador de novos universos referenciais. Para o autor:

As transformações tecnológicas nos obrigam a considerar simultaneamente uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade e uma tendência heterogenética, quer dizer, um reforço da heterogeneidade e da singularização de seus componentes. (GUATTARI, 1992, p. 15)

O futuro da produção maquínica⁶ da subjetividade vai depender das articulações realizadas pelos agenciamentos engendrados, que tanto podem ser reprodutivos e endurecidos, atuando para a cristalização do ser, como podem ser agenciamentos coletivos de enunciação, que insistem nas singularidades, nas linhas processuais da subjetividade e que conduzem para o novo. Inclusive, para Guattari e Rolnik (1986), a subjetividade é produzida por estes agenciamentos.

Os agenciamentos coletivos de enunciação são encontros, fluxos heterogêneos que circulam conectando e desconectando tudo no mundo. O nascimento de uma criança é um agenciamento da mesma forma que o brotar de uma semente na terra também o é. Tudo no mundo é afetado e o movimento desses afetos, as passagens que acontecem entre o que está se relacionando, são os agenciamentos. Os agenciamentos quando trazem a invenção são chamados de enunciação justamente porque enunciam um encontro, dizem de algo que ocorreu naquele momento. Nesse sentido, não é mais o sujeito quem enuncia, mas o agenciamento que se efetua em uma relação.

A subjetividade para Guattari (1992) é plural; não existe enquanto uma representação universal, mas enquanto pluralidades dentro de um processo, processo produtivo em que a própria subjetividade também é produzida. Por isso, nessa vertente de pensamento, fala-se em produção de subjetividade e produção desejante.

Para compreensão deste processo produtivo contínuo, usamos a idéia de produção, apresentada no primeiro capítulo. A relação do homem com a natureza é uma relação de produção e, para Deleuze e Guattari (1976), este processo não tem

⁶ De acordo com Baremlitt (2003), maquínica no sentido de uma máquina composta por peças heterogêneas que têm ligação entre si e estabelecem movimentos, que ao mesmo tempo em que funcionam e desempenham funções, são capazes de se formarem por si mesmas, permanecendo em constante produção e auto-produção.

fim. Segundo Baremlitt (2003), “a este processo, não lhe falta nada, não pode ser completo nem incompleto porque não é totalizável, mas sim, infinito, e transcorre intempestivamente.” (BAREMLITT, 2003, p.86). Desta maneira, o homem se encontra em constante produção, criação e imanência. O desejo, nesta perspectiva, não representa a falta, ele representa a positividade da criação e da produção.

No *Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari falam em máquinas desejanças para dizer das possíveis conexões articuladas pelo desejo. A máquina aqui é um sistema, um mecanismo que está sempre movimentando, engendrando novas articulações. As máquinas são binárias e se acoplam umas as outras criando fluxos contínuos. É ainda importante observar que todas estas conexões e fluxos ocorrem independentes do sujeito. Por isso, “O desejo não cessa de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados.” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p.20). O desejo não é inerente ao sujeito, mas sim, um processo de produção que envolve formas políticas, formas econômicas, formas estéticas, culturais e subjetivas que se relacionam ao sujeito. O desejo está na dimensão virtual porque ele não é um processo específico do sujeito. Noronha explica que o desejo “(...) é um processo ou um campo de forças que é pura *exterioridade*, no sentido de uma dimensão virtual que habita tudo que já tem uma forma atual.” (NORONHA, 2000, p. 07). Vale lembrar que, neste raciocínio, toda realidade não se esgota em sua atualidade, mas é composta também por linhas de virtualidade que insistem na realidade de forma incorporal. Assim, o virtual corresponde a um nó de forças que acompanham as relações, as circunstâncias, e que existem em potência, podendo ou não se atualizar. Quando ocorre a atualização do virtual, esta é sempre fruto dos encontros, da exterioridade de forças que atuam

na subjetividade, e podemos dizer que ocorre uma desestabilização do instituído, do plano de organização, para que o intensivo aflore e ocorra um acontecimento.

O processo da produção desejante ocorre em superfícies. Deleuze (2003) buscou nos estóicos a idéia de superfície para dizer da incorporalidade das forças que afetam o ser. As superfícies são relativas aos corpos. Os estóicos distinguiram os corpos dos efeitos. Para eles o único tempo dos corpos é o presente. As mudanças provocadas nos corpos são os efeitos, que são incorporais. Os efeitos são atributos lógicos ou dialéticos. Os efeitos são acontecimentos, são verbos e enquanto verbos são infinitivos se dividindo entre passado e futuro. Dessa maneira vão existir dois planos: o dos corpos, um plano profundo e real onde opera a força e outro dos *efeitos*, plano dos acontecimentos que produzem na superfície do ser e que operam por sínteses formando uma multiplicidade de seres incorporais.

Segundo Pelbart (1996) a teoria do acontecimento foi uma criação deleuziana para atender a uma exigência de fazer com que a filosofia contemporânea rompesse com uma visão restrita ao temporal-intemporal pra operar em um “tempo mais profundo”, o intempestivo, o intensivo. Para o autor:

O Acontecimento não está enganchado na cadeia contínua dos presentes, com sua direção única (a boa direção, o bom senso, a flecha do tempo), e sugere uma temporalidade paradoxal, atópica, incorporal, sempre passada e sempre por vir, em que a tripartição diacrônica se vê subvertida. (PELBART, 1996, p. 62)

Além de deslocar-se no eixo temporal dominante, o acontecimento ocorre “entre” as relações, sendo resultado dos encontros que se efetuam, de afetamentos que assolam a subjetividade e permitem o aflorar do intensivo, da diferença. Nesse sentido, o acontecimento “(...) nunca ocorre ao sujeito; ele é aquilo pelo qual o sujeito torna-se diferente do que é.” (RAJCHMAN, 1996, p.193) O acontecimento é

uma experiência, por isso para captar sua essência é preciso passar por ele ou então remontá-lo. Deleuze (2003) afirma que:

O futuro e o passado, o mais e o menos, o muito e o pouco, o demasiado e o insuficiente ainda, o já e o não: pois o acontecimento, infinitamente divisível, é sempre os dois ao mesmo tempo, eternamente o que acaba de se passar e o que vai se passar, mas nunca o que se passa (...) (DELEUZE, 2003, p. 09)

Para Deleuze (1998) o virtual não se define por uma realidade paralela ou uma simulação ou mesmo pela ausência de realidade; ele é parte que compõe o real. Deleuze (2004) argumenta que o que difere o atual do virtual são dinamismos espaço-temporais: “(...) isto é, agitações de espaço, buracos de tempo, puras sínteses de velocidades, de direções e de ritmos.” (DELEUZE, 2004, p. 115). Como afirmamos anteriormente, a realidade comporta a atualidade e virtualidade. O virtual persiste no real, ele existe enquanto potência no sentido em que, por exemplo, sonhos, pensamentos, imaginações têm efeitos sobre o real. Desta forma, dizemos também que o virtual é produtor de efeitos, inventor de espaços e tempos. O acontecimento corresponde à atualização do virtual, do que existe em potência e insiste nas situações. Porém devemos salientar que nem tudo que é virtual se encontra em vias de se atualizar no real. O acontecimento se dá em situações específicas em que sobressai o imprevisto, a diferença pura, as singularidades. Por isso, pela sua complexidade e inacessibilidade, o virtual não é um objeto do conhecimento, mas sim da experiência, da experienciação.

O espaço das superfícies se configura enquanto espaço de capturas, de encapsulações, mas também de movimentos, de ações e de transformações. No livro *O Anti Édipo*, Deleuze & Guattari (1976), pontuam que existem três superfícies: a da produção; a do registro e controle; e a do consumo e consumação. Na

superfície de produção ocorre o próprio processo produtivo. Na superfície de produção as sínteses são conectivas; é o espaço do molecular, dos acontecimentos, das singularidades. Na superfície de registro e controle tudo é capturado e territorializado, controlado e classificado. Nela as sínteses são disjuntivas, ou seja, são estabelecidas distinções. Com as classificações, cria-se um espaço estriado, segmentado e ocorre a supressão das singularidades, por reducionismos e binarizações. Na superfície de consumo e consumação ocorre o consumo de tudo que foi criado nas outras superfícies; as sínteses são conjuntivas criando encontros de circunstâncias.

Quando a superfície de registro e controle sofre abalos, podem ocorrer desterritorializações e o desejo volta a fluir, a buscar conexões, que são sempre coletivas e escapam da enunciação individualizada, territorializada, reprodutiva. O virtual não dispensa o coletivo e opera para a invenção, a partir de uma lógica de afetos. Como já foi dito, para Guattari (1992) essa produção tanto pode ser estimulada quanto inibida; tudo irá depender da articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. Os agenciamentos é que vão possibilitar as instâncias individuais e ou coletivas de emergirem enquanto territórios existenciais e de auto-referência. O coletivo irá atravessar os modos de produção da subjetividade através dos agenciamentos, mas não vai determiná-los. O coletivo deve ser compreendido como:

(...) uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos. (GUATTARI, 1992, p. 20)

Guattari (1992) acredita no coletivo e na atualização do virtual que o acompanha, ligado ao que existe antes do sujeito, do indivíduo, como caminho

possível de resistência contra as formas de massificação da subjetividade. O autor acredita na invenção de novos universos de referência. Segundo ele, na busca por resistir às formas de dominação e controle, o importante é a criação de complexos de subjetivação que ofereçam às pessoas múltiplas possibilidades de se recompor, de se re-singularizarem e de saírem de seus impasses repetitivos.

Portanto podemos salientar que a subjetividade se refere ao:

(...) conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva. (GUATTARI, 1992, p. 19)

Ela pode permanecer individual, como o posicionamento de uma pessoa frente a costumes locais, às leis jurídicas ou à sua inserção profissional. Por outro lado, essa mesma subjetividade também pode se apresentar coletiva, no sentido de uma multiplicidade. Entendemos então que o coletivo, como espaço da multiplicidade, é também espaço de resistência por abarcar entidades pré-individuais que possuem estreita relação com o virtual por estarem em via de se atualizarem. Benevides de Barros (2005) salienta que não podemos reduzir o coletivo a soma de indivíduos. Estamos dizendo de um momento de diferenciação e produção, composto por elementos heterogêneos. Para a autora:

Coletivo é multidão, composição potencialmente ilimitada de seres tomados na proliferação das forças. No coletivo não há, portanto, propriedade particular, pessoalidades, nada que seja privado, já que todas as forças estão disponíveis para serem experimentadas. (BENEVIDES DE BARROS, p.23, 2005)

Nessa perspectiva, os processos de subjetivação vão designar maneiras de se viver, agir, interagir e pensar no mundo. Guattari e Rolnik (1986) irão falar em uma ética e em uma estética da existência. Os processos de subjetivação podem ser

meras reproduções, mecanismos produzidos, manipulados e apropriados pelas forças dominantes ou podem manifestar singularidades – também podem ser chamados de processos de singularização, como vimos ao final do capítulo anterior. Em seu funcionamento inventivo, esses processos propiciam ao indivíduo a liberdade de ser e criar sua maneira de estar no mundo e dessa forma provocar transformações sociais.

De acordo com Guattari (1992) o paradigma da psicologia deve deixar de ser cientificista para ser ético e estético. Nessa perspectiva, não se deve buscar uma verdade científica como guia. Deve-se admitir que as pessoas e os grupos sociais possuam maneiras diferentes de se posicionar frente a suas questões (afetos, angústias, inibições). Estas maneiras de se posicionar são demarcações que vão configurar uma cartografia. Quando se fica preso a uma “verdade” sobre estes posicionamentos deixa-se de observar ou até considerar sua multiplicidade. Quando se assume um compromisso com o paradigma ético-estético, além de considerar todas as manifestações, abrem-se portas para observação de novas expressões de subjetividade.

2.3 O grupo como dispositivo

A proposta do grupo dispositivo, defendida por Benevides de Barros (1994) busca trabalhar essa associação a partir de uma visão imanente, privilegiando aspectos criativos presentes na experiência grupal. Examinando a trajetória histórica das práticas grupais, a autora aponta que o movimento político ocorrido na França

em Maio de 1968 ⁷ teve papel marcante na construção de relações entre política e desejo e na distinção e caracterização de ambas as questões. Estas relações repercutiram nos trabalhos com grupos que até então mantinham suas práticas distanciadas de questões políticas. A autora apresenta através de diagramas, as duas principais correntes que foram marcadas pela influência das relações estabelecidas nesta época: a psicossociologia francesa e o institucionalismo.

No diagrama da psicossociologia francesa, vertente da Psicologia Social, que tem como objeto de estudo as condutas concretas dos indivíduos em seu cotidiano, os grupos permeiam a vida do indivíduo e são por eles criados, gerados e transformados. Nessa vertente temos a prevalência de uma prática com grupos com três características marcantes: o grupo visto como facilitador das relações humanas; o grupo como resultado de escolhas pessoais e o grupo como objeto de pesquisa e intervenção no campo social.

Por outro lado, no diagrama do institucionalismo, percebemos o objetivo de buscar o questionamento das relações de poder, o incremento da produção de liberdade e o livre fluir de produções nos grupos, nas organizações e nas instituições. Para Barembliitt (1989), o institucionalismo pode ser considerado, um saber intersticial, que possui três grandes áreas de atuação, geração e ação: a Medicina – sobretudo o campo da psiquiatria -, a Pedagogia e a Sociologia. Conforme Barembliitt (1994) e Barus-Michel o Institucionalismo possui três correntes: a Sócioanálise de Gerard Mendel, a Análise Institucional ou Sócio Análise de René Lourau e a Esquizoanálise, também chamada de Psicologia Institucional, de Gilles

⁷ O “Maio de 1968” foi um período marcado por revoltas estudantis aliadas ao movimento das classes trabalhadoras que culminaram numa revolução histórico-cultural. O objetivo desses protestos era libertar os territórios da consciência, e lutar para que a universidade abandonasse o autoritarismo e a formalidade. Ocorreu em Paris, consistindo em uma ameaça ao general Charles De Gaulle, e repercutiu em diversos países do Ocidente. Este movimento provocou uma maior aproximação entre a clínica e a política, influenciando diretamente em diversas linhas da psicologia.

Deleuze e Félix Guattari. Nessa última corrente, nos deparamos inicialmente com práticas que questionavam o funcionamento do hospital psiquiátrico sugerindo experiências com grupos mais abertos, através da participação de pessoas mesmo que não fossem pacientes psiquiátricos. De acordo com Altoé (2004):

O movimento institucionalista francês ligado à saúde mental iniciou-se, diria, para marcar uma data mais específica, em 1940, e o Hospital Psiquiátrico de Saint-Alban (Lozène, França) foi sua primeira expressão. Em seguida, o local de referência foi, e ainda é, a Clínica de La Borde (Cour-Cheverny, França), onde Felix Guattari trabalhou com Jean Oury, que é o diretor e membro fundador. (ALTOÉ, 2004, p.41)

Para Barus-Michel (2004), os precursores da psicologia institucional foram Félix Guattari e Jean Oury, que a partir da década de 50, na clínica “La Borde”, criaram uma proposta de trabalho menos opressora, ao tratar pacientes psicóticos em um hospital-dia. Esta proposta rompia com a idéia predominante de que para tratar dos loucos era preciso aprisioná-los em hospitais psiquiátricos. O que as práticas institucionalistas buscavam, neste contexto, era mudar as relações sociais no hospital, objetivando formas de tratamento mais libertárias e revolucionárias. Para isso elas questionariam as instituições, empírica, ideológica e teoricamente.

Ao realizar essa trajetória histórica, Benevides de Barros (1994) chega a seguinte distinção no que se refere às práticas grupais: o grupo pensado enquanto técnica, o grupo como um dispositivo de intervenção e o grupo como técnica de intervenção nas instituições. O que se propõe através desta abordagem seria pensar o grupo como dispositivo de expressão de diferentes modos de existencialização. A idéia é romper com os paradigmas que percebem o grupo enquanto técnica e buscar o grupo enquanto experiência, histórica e institucional. Para a autora, o grupo já havia sido pensado tanto como vivência, quanto como em relação às instituições e

como presente nas instituições, porém ele também deveria ser pensado como instituição.

Na primeira perspectiva, a história das pesquisas e trabalhos com os grupos está atravessada pelo “modo-indivíduo”. O modo indivíduo é um modo de produção da subjetividade centrado no indivíduo como única forma de representação da subjetividade e reproduzidor de formas de sentir, pensar e agir de uma lógica totalizadora e identitária. Os estudos que caracterizavam o grupo como um ponto intermediário entre indivíduo e sociedade, totalizavam o grupo de tal forma que o mesmo não passava de uma mera reprodução de um modo de subjetivação predominante. Desta forma, temos que o modo indivíduo é uma “versão” do homem, característica de um contexto histórico, a saber, as sociedades capitalistas ocidentais modernas.

Bezerra Junior (1994), em um artigo sobre grupos, fala da cultura psicológica destacando a produção do indivíduo. Para o autor o “homem” não existe, o que existe são produções históricas; são experiências contextualizadas que moldam as representações, os afetos e a linguagem que as expressa. Este tipo de experiência individualista tem sua configuração marcada pelos séculos XVIII e XIX, momento em que a questão da individualidade tem sua origem no que se refere a sua dimensão de interioridade. Deleuze (1992)⁸ destaca o final deste período como a passagem de um sistema que Foucault denominou sociedade disciplinar, para um sistema que ele denomina sociedade de controle.

Assim, as sociedades disciplinares, características dos séculos XVIII e XIX, seriam as sociedades em que prevalecem os modelos. Instituições como a família, o

⁸ Apesar de Deleuze (1992) fazer uma análise em constante interlocução com a obra do filósofo Michel Foucault, Hardt (2000) comenta que dificilmente encontraremos referência à esta transição na obra do autor referido.

hospital, a prisão e a fábrica definiriam como as pessoas deveriam ser e agir. Nesse contexto, as possibilidades do humano se reduzem em uma determinação binária. Através de uma lógica dualista, as disciplinas vão se encarregar de moldar a individualidade e incorporar o indivíduo e a massa. Os exemplos desta lógica são “(...) a assinatura que indica o indivíduo, e o número de matrícula que indica sua posição na massa.” (DELEUZE, 1992, p. 222), demarcando assim o poder de massificação da individualidade.

Porém, com a chegada do século XX ocorre o apogeu das sociedades disciplinares e sua passagem para as sociedades de controle. Neste novo tipo de sociedade, o sistema de moldes é substituído por um sistema modulador, em que o controle é realizado livremente através de redes flexíveis e moduláveis. Com a crise das instituições, o poder amplia seus domínios de ação sobre a subjetividade. Ao invés de ser exercido através de formação e disciplina, ele é exercido pela dívida e o homem se torna um eterno devedor da sociedade: seja de atitude, enquanto responsabilidade social, seja de bens financeiros, o que ocorre com maior frequência devido à exploração capitalista. Deleuze (1992) aponta que a modulação é uma das características das sociedades de controle modernas, através da modulação e da massificação os mecanismos de controle são facilmente exercidos:

A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo, para a dupla vantagem do patronato que vigiava cada elemento na massa, e dos sindicatos que mobilizavam uma massa de resistência; mas a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexplicável como a emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo. (DELEUZE, 1992, p. 221)

Ao entender o grupo a partir de um olhar determinista, desconsidera-se os atravessamentos das singularidades presentes e colabora-se com a visão que classifica e molda, em que o indivíduo aparece em primeiro plano como uma

unidade de medida, e o grupo no segundo, como resultado da soma de vários indivíduos e, nessa seqüência, a sociedade como uma unidade máxima de medida. Nesta perspectiva é como se o grupo fosse composto de fragmentos interconectados, e não pelo coletivo e pelas linhas que o atravessam. Nosso desafio é romper com essas formas individualistas de se pensarem os grupos, formas que desconsideram sua heterogeneidade.

Olhar o grupo sob a lógica do dispositivo é ver nele uma construção, um processo, e não como uma realidade pré-concebida. Essa abordagem parte da idéia de subjetividade que examinamos anteriormente, e que insiste em sua processualidade. Acreditamos que não existem, no processo grupal, mistérios a serem revelados; não existe uma verdade única acerca de todos os grupos, pois compartilhamos das idéias do filósofo Michel Foucault em que as verdades aparecem como construções discursivas produzidas pela ciência e pelas instituições que produzem ciência. Elas são também construções históricas que se estabelecem na relação entre saber e poder. Para Foucault (1981), o saber é produzido através de discursos de verdade. A “verdade” é, dessa maneira, uma construção que se dá num processo de múltiplas coerções e produz efeitos prescritos de poder. Para o autor devemos:

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento de enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. (FOUCAULT, 1981, p. 14)

Dessa forma, o saber que temos acerca dos grupos se fundamenta em estudos que mostram resultados e pesquisas circunscritas a uma dada realidade histórica e a um determinado sistema de poder. E é necessário ressaltar que, o que

determina a visão do grupo, em sua produção teórica dominante, é a leitura a partir do indivíduo. No entanto, o grupo, como nos mostra Benevides de Barros (2002), não faz somente a função de intermediário entre indivíduo e sociedade e não deve ser pensado a partir de processos de subjetivação individualistas. Aliás, o grupo, como dispositivo, problematiza os processos de subjetivação e busca novos laços de solidariedade, alianças e cidadania, através de seus agenciamentos coletivos de enunciação.

Os agenciamentos coletivos de enunciação, como vimos acima, estão em constante processo inventivo, no momento em que a criação emerge do que está organizado e estabelecido e escapa aos mecanismos reprodutores, provocando a resistência através do ato criativo. Desta maneira, a idéia de dispositivo, examinada a seguir, insiste em uma abordagem de imanência e de conjugação de forças heterogêneas, em que diversos elementos se conectam e agenciam entre si, no coletivo, para trazer algo, para fazer emergir o novo.

A noção de dispositivo nos remete à idéia de ação, de estar disposto a alguma coisa. Por isso, ao pensarmos o grupo enquanto dispositivo, estamos insistindo em seu caráter imanente e processual. Existe uma zona de indeterminação, no que se refere à origem deste conceito, pois não se sabe ao certo se o termo foi criado por Gilles Deleuze ou por Michel Foucault. Revel (2005) inclusive afirma que o aparecimento do termo dispositivo na obra de Michel Foucault, provavelmente tem a ver com o uso do mesmo pelo também filósofo Gilles Deleuze.

O termo dispositivo empregado por Foucault (1981) designa estratégias e mecanismos de dominação utilizados pelo poder. Para este filósofo, os dispositivos representam uma rede heterogênea de relações entre elementos operadores dos fluxos de poder, tais como discursos, instituições, organizações, decisões, leis,

enunciados e proposições. O dispositivo é agente das conexões estabelecidas entre estes elementos. Por exemplo, se pensarmos a sexualidade enquanto um dispositivo, veremos que ela faz conexões com discursos, instituições, leis e enunciados, promovendo uma lógica dentro de uma estratégia dominante. Portanto, a maneira de vivenciarmos nossa sexualidade será atravessada pelos discursos, enunciados, leis e instituições. A sexualidade enquanto dispositivo está submetida a um momento histórico que determina sua lógica vigente.

Foucault (1981) chama atenção para três aspectos do dispositivo: primeiro sua constituição heterogênea; segundo sobre a relação entre os elementos desta heterogeneidade e por último, seu caráter histórico. Em todos os sentidos apresentados pelo referido autor, o dispositivo aparece como um mecanismo de poder operador de fluxos. Em uma entrevista, Foucault (1981) salienta o caráter heterogêneo e fluído dos dispositivos de poder:

E preciso assinalar, além disso, que estes conjuntos não consistem em uma homogeneização, mas muito mais em uma articulação complexa através da qual os diferentes mecanismos de poder procuram apoiar-se, mantendo sua especificidade. A articulação atual entre família, medicina, psiquiatria, psicanálise, escola, justiça, a respeito das crianças, não homogeneiza estas instâncias diferentes, mas estabelece entre elas conexões, repercussões, complementaridades, delimitações, que supõem que cada uma mantenha, até certo ponto, suas modalidades próprias. (FOUCAULT, 1981, p.222)

É importante destacarmos que o dispositivo não aparece nesse momento como um mecanismo de caráter imanente. Embora Benevides de Barros (1996) não apresente uma distinção entre o conceito de dispositivo em Michel Foucault e em Gilles Deleuze, é necessário pontuar que há uma diferença. Em Deleuze (1996), este conceito teve outros desdobramentos. O autor fala sobre os encontros e desencontros entre a sua visão e a de Michel Foucault:

Minhas diferenças são muito secundárias: o que ele chamava de dispositivo, e o que Félix e eu chamamos de agenciamento, não têm as mesmas coordenadas, já que ele constituía seqüências históricas originais, enquanto nós dávamos mais importância a componentes geográficos, territorialidades e movimentos de desterritorialização. (DELEUZE, 1992, p.188).

Portanto, em Deleuze (1996), os dispositivos não aparecem apenas como mecanismos de circulação de forças capturadas pelas relações de poder. Isto porque, no nosso entender, Deleuze (1992) dá mais importância ao seu caráter de processualidade, e aos seus planos e territorialidades sustentados por um raciocínio de imanência.

Os dispositivos em Deleuze e Parnet (1998) possuem as marcas do território que ocupam. Os territórios dizem respeito a um espaço, a uma configuração histórica, a uma determinada composição da subjetividade. Existem elementos que se transformam de uma época a outra e que irão determinar formas de viver em sociedade, formas de se trabalhar, relações econômicas, relações familiares, relações com a sexualidade, dentre outras formas de viver. Nos territórios encontramos uma disposição de planos e uma composição por linhas que, na verdade, são vetores de forças. Dentro desse processo, as linhas de forças podem funcionar como potência de aprisionamento ou como potência de resistência. Quando a força destas linhas promove nos territórios a repetição e a serialização, elas estão a serviço de algum dispositivo de poder, e portanto, não provocaram grandes transformações. Porém, quando linhas funcionam como potência, elas agenciam mutações subjetivas, criam novas configurações e promovem novos territórios existenciais. Neste sentido, os grupos podem funcionar como mecanismos legitimadores de uma forma dominante de poder, ou como mecanismos de resistência e criação, ou ainda as duas coisas, dependendo das forças que os atravessam.

Quando os grupos estão funcionando como dispositivos de poder, segundo Foucault (1981), eles vão reproduzir elementos heterogêneos de uma lógica dominante. Esta lógica dominante funciona a serviço de uma máquina dualista e reprodutora de formas de controle, como já dissemos antes. Estes elementos podem ser leis, discursos, programas e até ações específicas. Mas, existem também momentos em que o grupo funciona como dispositivo de resistência e nesse momento o grupo rompe com as formas reprodutoras de controle, dá espaço à potência criativa do grupo. O grupo pode então subverter leis e discursos, dentre outros, através de sua força imanente, que provoca o inesperado e que traz o elemento novo.

Partindo das idéias de Michel Foucault, Deleuze (1996) nos convida a pensar através de uma filosofia não só da diferença, mas também dos dispositivos, entrando de vez para o campo da imanência, sustentáculo de seu pensamento, como examinamos no início desse capítulo. Nesse sentido, devemos abandonar todas as teorias que buscam a universalidade e o invariável. Para o autor:

O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objecto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação, imanentes a dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam noutra dispositivo.(DELEUZE, 1996, p. 89)

A partir dessa afirmação, concordamos com Benevides de Barros (1994), quando esta afirma que o “modo-indivíduo” é somente um dos modos de subjetivação possíveis, pois vemos o quanto algumas teorias insistem em um modo próprio de indivíduo, moldando as subjetividades que são em si diferentes e singulares.

É importante frisar que, em sua proposta, Deleuze (1996) também insiste no dispositivo enquanto multiplicidade. A multiplicidade não tem a pretensão de esgotar-se ou de atingir o todo: ela se ramifica, se transforma ampliando assim seu foco de abrangência. A matéria para a produção de um novo modo de vida está no que vem "antes" do indivíduo, no estado "pré", que é onde se encontram as multiplicidades, os dispositivos que transformam a subjetividade. Por isso o dispositivo tem sua ação nos coletivos. O dispositivo enquanto multiplicidade aparece como um mecanismo de potência, de criação e de ruptura. No dispositivo há a articulação de elementos heterogêneos e a produção de efeitos. Os dispositivos são agentes de transformação compondo e decompondo e fazem assim funcionar, através de um processo de decomposição e de produção de acontecimentos, a atualização das linhas de virtualidade. Vale lembrar que toda multiplicidade é atravessada pela potência do devir.

O dispositivo é também movimento, porque percorre diversas vias promovendo variações de direção e a criação de novas conexões. Neste sentido, o grupo, como dispositivo, deixa de ser o modo como os indivíduos se organizam ou se socializam, para ser um acontecimento, uma conjunção de devires com capacidade de transformação, com potência criativa. Dessa maneira, o grupo se configura como multiplicidade imersa em um emaranhado de relações diferenciais e de singularidades pré-individuais.

O grupo não é composto apenas por indivíduos, mas também, por processos de subjetivação. No grupo existem encontros, trocas e afetamentos que culminam no acontecimento. O acontecimento no grupo diz respeito ao intempestivo, àquilo que escapa aos determinismos sociais e aos determinismos causais. Deleuze (1996) nos esclarece ainda que todo dispositivo comporta linhas. As primeiras linhas

trabalhadas pelo autor são as apresentadas pelo filósofo Michel Foucault em seu trabalho, entretanto, usadas de maneira singular. Para estes autores, os dispositivos operam através de linhas de forças. Estas linhas não fazem demarcações, mas apontam trajetos, são vetores. As linhas de forças retificam as linhas de visibilidade e de enunciação. Para Deleuze (1996):

(...)elas vão de um ponto singular a um outro, nas linhas de luz e nas linhas de enunciação; de algum modo, elas retificam as curvas dessas linhas, tiram tangentes, cobrem os trajetos de uma linha a outra linha, estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha. (DELEUZE, 1996, p. 85)

Portanto, as linhas de visibilidade e de enunciação, apresentadas por Foucault e discutidas por Deleuze, são as linhas do fazer ver e fazer falar. Elas compõem o dispositivo demarcando seu caráter circunstancial, datado de um período histórico com marcas de um tempo presentes na enunciação. As linhas de força são aquelas marcadas pela relação poder-saber, e que possuem funções científicas, políticas e normativas, dentre outras. Podemos afirmar que o grupo possui uma realidade histórica que pode ser interpretada de diversas maneiras, pode ser vista a partir de diferentes concepções. Estas diferentes concepções falam de diferentes enunciados. Deleuze (1996) porém se interessa mais ainda por uma última linha destacada por ele dos estudos de Michel Foucault: as linhas de subjetivação. O autor discute a importância destas linhas, salientando que Foucault as cria em um momento de crise de seu pensamento:

Mais que qualquer outra, a sua descoberta nasce de uma crise no pensamento de Foucault, como se lhe fosse necessário alterar o mapa dos dispositivos, encontrar-lhes uma nova orientação possível, para não os deixar encerrar-se simplesmente nas linhas de forças intransponíveis que impõe contornos definitivos. (...) Foucault pressente que os dispositivos que analisa não podem ser circunscritos por uma linha que os envolve sem que

outros vetores não deixem de passar por baixo e por cima (...) (DELEUZE, 1996, p. 86)

Portanto, estas linhas de subjetivação são linhas de criação dos modos de existir, modos de existencialização, e não de submissão às práticas discursivas, como ocorre com as linhas de forças também presentes no dispositivo. Estas linhas demarcam o espaço do “entre”, do incorporal, do acontecimento. Nelas não existe uma identidade que supere outra; não existem verdades pré-estabelecidas, são linhas criativas no momento em que se estabelecem, e o dispositivo pode adotá-las ou descartá-las.

A proposta do grupo-dispositivo é pensar o grupo como um fluxo destas linhas, como um espaço de multiplicidade. Para captarmos esta noção devemos tomá-lo pelo meio, ou seja, no espaço do “entre”. É no “entre” que encontramos as linhas, as trajetórias, os processos, os agenciamentos coletivos da enunciação. O grupo se configura no “entre”, ele está “entre” dois corpos, ele é pré-individual no sentido de ser algo que faz parte de sua construção. Para Deleuze (2003):

As singularidades são os verdadeiros acontecimentos transcendentais (...) Longe de serem individuais ou pessoais, as singularidades presidem à gênese dos indivíduos e das pessoas(...) (DELEUZE, 2003, p.105)

Schöpke (2004) afirma que o “ser” em Deleuze se manifesta em sua singularidade. A singularidade é algo impessoal, que não se refere nem ao “eu”, nem a pessoa, mas a sua potência de acontecer, a sua origem e formação. Por isso Deleuze (1988) afirma que a diferença pura é o acontecimento maior do ser. Schöpke (2004) ainda esclarece que:

Nesse sentido, ele se expressa na multiplicidade e afirma as diferenças que o compõem, não como um todo fechado, nem mesmo como finito ou infinito,

como um “acabado ilimitado”. (SCHÖPKE, 2004, p. 150)

Retornando a Benevides de Barros (1996), observamos que o espaço do grupo é um espaço criativo, um espaço de encontro entre pessoas diferentes com modos de existencialização diferentes. Este espaço da diferença será também um espaço de confronto, porém, pensado a partir da idéia do grupo como dispositivo, o confronto estará livre de cristalizações e, portanto, estará aberto à ação criativa e à multiplicidade transformando-o num catalisador de novas experiências e novas conexões.

Desta maneira, vemos que o grupo-dispositivo é também uma forma de intervenção. O grupo dispositivo vai ser aquele que potencializa as histórias dos sujeitos tirando dos especialistas o papel de porta-vozes dos acontecimentos grupais. Assim, o que se privilegia são os efeitos do grupo e não as técnicas nele aplicadas. Neste raciocínio, as pessoas no grupo são alteridades, mas alteridades que se afetam.

Para concluirmos, importa-nos frisar o elemento, a nosso ver, de maior importância nesta filosofia: a resistência. Por resistência entendemos todos os mecanismos que são agentes potencializadores de atos criativos, que promovem a vida, rompendo com as formas reprodutivas, repetitivas e controladoras da vida. Resistência aqui não é mais entendida a partir de uma relação binária, ou dialética de forças em oposição, mas sim uma relação transversal, de atravessamento, de composições para a vida. Resistir é antes de mais nada, criar, inventar novos referenciais.

De acordo com Pelbart (2003), os autores da filosofia da diferença, defendem uma potência de vida que, ao invés de uma visão biopolítica centrada no poder sobre a vida, têm uma visão de promover a cooperação social e subjetiva. A vida

não se refere apenas a processos biológicos, mas a movimentos, tensões e afetamentos entre os seres. Nessa perspectiva, “a resistência invoca o poder da vida, bem como de suas múltiplas forças.” (PELBART, 2000, p. 13)

Para o autor, apesar do intenso investimento do capitalismo para se apoderar da vida e da invenção, delas surge a potência de resistir. A invenção está em toda parte, ela depende apenas da vida para existir; não está vinculada à razão ou à cognição e nem mesmo à indústria. Ela é imanente, está ao alcance de todos e por isso tem força frente às inúmeras tentativas de aprisionamento do sistema capitalista. Mesmo quando em menores proporções a invenção se configura como objeto importante para resistência:

Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada torna-se quantidade social, e assim pode ensejar outras invenções e novas imitações, novas associações e novas formas de cooperação. (PELBART, 2003, p. 139)

Para manter o controle o capitalismo requer flexibilidade, e é essa mesma maleabilidade que se converte em resistência rompendo com suas estratégias e criando linhas de fuga.

Se o capitalismo desterritorializa os sujeitos de suas esferas natais, fazendo com que às vezes eles se reterritorializem sobre referências identitárias arcaicas ou midiáticas, ao mesmo tempo essa nomadização generalizada pode significar uma refluidificação aberta a novas composições, a novos valores e novas sensibilidades. É nesse vetor, molecular subrepresentativo, coletivo, que podem surgir novos agenciamentos de desejo os mais inusitados, polifônicos, heterogêneos. (PELBART, 2000, p. 14)

A seguir, caracterizaremos o movimento das serventes, identificando os dispositivos de resistência que operam esse grupo, analisando aspectos tanto da sua dimensão imanente quanto de sua dimensão reprodutiva das forças dominantes. Buscaremos analisar como suas singularidades são capturadas pelos mecanismos

sociais de produção ou reprodução de subjetividades, tendendo ora para o endurecimento, ora para a conexão para a emergência do acontecimento.

Os acontecimentos têm relação direta com a produção de novas subjetividades, de processos de subjetivação inventivos no grupo. Nesse sentido, cabe ressaltar que o grupo enquanto dispositivo opera a produção de subjetividade, mas, o que nos interessa no grupo-dispositivo não são os resultados produzidos pelo momento grupal, mas sim, as conjunções, as bifurcações divergentes que se encontram no momento em que são afetadas pelos processos de subjetivação, o momento em que acontecem. Nossa pergunta é: Como as serventes acontecem no movimento?

CAPÍTULO III

O TRABALHO DAS SERVENTES

O movimento das serventes ⁹ pela efetivação em Minas Gerais foi uma grande conquista no que se refere ao encontro de pessoas com o objetivo de trazer melhorias para suas vidas. O grupo que, no primeiro momento, estabeleceu alianças com base em uma situação de desvantagem na vida profissional, tomou dimensões que refletiram de maneira significativa na vida de seus participantes. O encontro, que muitas vezes se configurou enquanto agenciamento coletivo de enunciação, apesar das amarras do capitalismo e de sua força que promoveu momentos de reprodução, propiciou também linhas de fuga, fazendo deste grupo um dispositivo de resistência, como veremos a seguir.

A situação das serventes não representava nenhuma novidade para o mundo do trabalho atual, como já vimos anteriormente¹⁰. Vivemos hoje uma situação em que nos deparamos frequentemente com demissões em massa e reduções nos quadros de funcionários nas empresas que, cada vez mais, se interessam apenas pelo aumento do lucro, em detrimento do trabalhador. O que nos chamou a atenção foram os mecanismos de resistência que emergiram nesse movimento. Apesar das amarras capitalistas individualizantes, narcisistas e consumistas, são produzidos também agenciamentos coletivos potencializadores. Vale lembrar que o coletivo se

⁹ Chaves (2004) esclarece que o termo servente é normalmente utilizado nas escolas de Minas Gerais, mas que existem diferentes termos variando conforme o estado. Por exemplo, no Rio de Janeiro essas trabalhadoras são chamadas merendeiras e em outros estados, cantineiras. Ao decorrer deste trabalho nos utilizaremos dos termos servente e auxiliar de serviços gerais respeitando a própria terminologia utilizada pelas pessoas entrevistadas. Gramaticalmente usaremos o feminino para designá-las já que em sua maioria são mulheres.

¹⁰ A esse respeito consultar capítulo I, página 25.

desenvolve para além do indivíduo e rompe com a hierarquia e com a ordem que foram previamente estabelecidas. Nesse sentido, o grupo acontece e da mesma forma acontece o movimento das serventes pela efetivação de seus cargos.

Sem dúvida, todo esse processo que emergiu no movimento das serventes em Minas Gerais é instigante, e este grupo nos aponta para alguns questionamentos: O que significa ser servente? O que é o trabalho para estas serventes? Qual o papel do grupo em suas vidas? O que lhes impede de exercer sua força, enquanto grupo? Quais mecanismos reprodutivos as aprisionam? Quais mecanismos inventivos as impulsionam?

3.1 – Metodologia

Como esse estudo tem como tema o movimento das serventes escolares pela efetivação de seus cargos no Estado de Minas Gerais, enfatizando os processos de subjetivação que se dão nesse contexto, utilizamos para tal o método cartográfico, que se insere dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa.

Analisar o movimento das serventes não é somente contextualizar o trabalho na contemporaneidade e tampouco examinar abstratamente seu plano de imanência e a coexistência de segmentaridades e linhas de fuga. É preciso ainda investigar, no próprio processo grupal, como esses processos se dão. Para tal, buscamos através de uma cartografia traçar as linhas que atravessam o movimento das serventes em Minas Gerais. Considerando a complexidade destas linhas é importante ressaltarmos que:

As linhas estão sempre imbricadas umas nas outras: as de segmentação dura que cortam por dicotomização, as flexíveis que traçam pequenas modificações, que se desviam dos códigos totalizadores das primeiras e as de fuga que nos conectam com o imprevisível, com uma espécie de destino desconhecido, tortuoso e veloz. Fazer uma cartografia, uma esquizoanálise, seria traçar as linhas que estão compondo um determinado território, as que estão dele escapando produzindo desterritorializações, as que estão se recompondo produzindo reterritorializações. (BENEVIDES DE BARROS, 2002, p. 150)

Nesse sentido, a cartografia parte de um paradigma ético-estético em que o conhecimento atinge não só uma dimensão criativa, mas também graus de auto-conhecimento e de implicação. De acordo com Rolnik (2006), a cartografia se difere do mapa que registra apenas um aglomerado estático; ela é um desenho que é criado ao mesmo tempo em que ocorrem suas transformações. Portanto, no caso da cartografia devemos pressupor mudanças e movimentos em uma tentativa de capturar a processualidade da produção do conhecimento, que não se dá em separação com o próprio estado da vida. A respeito dessa inseparabilidade, a autora esclarece que:

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. (ROLNIK, 2006, p. 23)

Desta maneira, o estudo cartográfico não se preocupa em estabelecer uma dissociação entre sujeito e objeto, mas sim em descobrir os encontros existentes nesta relação, traçar linhas que visem a mapear o intersticial, a rastrear o que ocorre entre o que já está estabelecido e o que está acontecendo ou por acontecer. Para o estudo cartográfico, ao mesmo tempo em que se traçam as paisagens deste

movimento, necessita-se de um acompanhamento dos passos de sua formação e, sendo assim, se cria uma nova percepção acerca do mesmo.

O cartógrafo tem como sua missão mapear e dar voz aos afetos. Para isto ele deve imergir nas intensidades de seu campo de pesquisa estando atento a todas as linguagens que ali circulam. No nosso entender, essa proposta e as paisagens existenciais relevantes ao cartógrafo são muito pertinentes ao nosso estudo:

O que importa é que ele esteja atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana que se propõe perscrutar: desde os movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência... até os fantasmas inconscientes e os quadros clínicos de indivíduos, grupos e massas, institucionalizados ou não. (ROLNIK, 2006, p. 65)

Portanto, nosso interesse consiste em traçar linhas que atravessam o movimento das serventes. Nossa preocupação é evidenciar o que este grupo tem de vitalizante e o que ele tem de destrutivo. Nessa perspectiva, buscamos:

(...) aprender o movimento que surge da **tensão fecunda** entre fluxo e representação: fluxo de intensidades escapando do plano de organização de territórios, desorientando suas cartografias, desestabilizando suas representações e, por sua vez, representações estancando o fluxo, canalizando as intensidades, dando-lhes sentido. (ROLNIK, 2006, p. 67)

Logo, ao analisarmos o movimento das serventes, temos como critério o grau de abertura para vida dos acontecimentos que perpassam este grupo. É neste critério que está inserida a dimensão ética e política da cartografia. A cartografia se opera através da micropolítica e das estratégias de produção de subjetividade e se interessa pela potencialização da vida no sentido de evidenciar novos territórios referenciais.

A partir dessa proposta, procuramos evidenciar essas linhas nas entrevistas que realizamos em nossa pesquisa de campo. A população pesquisada consistiu de

um grupo de seis (06) serventes que eram reconhecidas pelas demais participantes do movimento como líderes e que, sendo assim, executavam um trabalho diário de atendimento, coordenação e orientação das demais colegas de trabalho na sede da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais – APPMG.

Para coletarmos os dados cartografados neste capítulo, nos valem de entrevistas semi-estruturadas, que muito contribuíram para a reflexão e a construção da pesquisa junto aos seus participantes. Estas entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado (vide Anexo I), as mesmas foram transcritas e analisadas, cujo produto será apresentado a seguir.

Para uma maior contextualização das falas das informantes elaboramos o seguinte quadro:

Servente	Características
S1	Mulher – alfabetizada – 20 anos de trabalho no Estado – 3 filhos – solteira - acima de 40 anos
S2	Mulher – analfabeta – 14 anos de trabalho no Estado – acima de 40 anos
S3	Mulher alfabetizada – 15 anos de trabalho no Estado – acima de 40 anos de idade
S4	Homem – analfabeto – 19 anos de trabalho no Estado – casado - acima de 40 anos de idade
S5	Mulher – alfabetizada – 16 anos de trabalho no Estado – Na faixa dos 40 anos de idade
S6	Mulher – analfabeta – 19 anos de trabalho no Estado – 7 filhos – casada - acima de 40 anos de idade

Inicialmente optamos por realizar uma análise de conteúdo das falas coletadas nas entrevistas. Segundo Bardin (1994) essa é uma técnica que possui um campo de aplicação amplo, e em sua vertente qualitativa visa a descrição

sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto da comunicação, no caso, do material coletado nas entrevistas semi-estruturadas realizadas com as serventes.

Essa análise, inicialmente, seguiria as seguintes categorias temáticas, com o intuito de interpretar os resultados encontrados: assujeitamento, invenção, agenciamento coletivo, plano de organização, reterritorialização. Porém, ao iniciar análise de conteúdo, percebemos que as categorias levantadas se misturavam, se entrecruzavam, e a classificação inicial apresentava-se estanque, não seguindo os fluxos e as linhas que, de fato, permearam o movimento das serventes, o que escapava de nosso objetivo de realizar uma cartografia. Dessa maneira, optamos por analisar os dados em duas grandes linhas: a linha da reprodução, que abarca as categorias assujeitamento, plano de organização e a reterritorialização; e a linha da invenção, que abarca as categorias invenção, agenciamento coletivo. É preciso pontuar que, nessa alteração, as categorias funcionam como pontos que dão sustentação a essas linhas, e não como elementos de sobrecodificação e classificação, que buscam a tradução do que ocorreu no movimento das serventes. Nesta perspectiva, estas linhas se apresentam como conectáveis e deslizantes, na tentativa de mapear a singularidade do movimento e seus momentos de repressão e invenção.

Na análise de dados, as categorias se ligam com a história do movimento, a especificidade do trabalho realizado pelas serventes e os processos de subjetivação que ora conduzem à submissão, ora conduzem à invenção. Neste sentido, tentamos sustentar e apresentar a pressão exercida pelo jogo de forças que tenta capturar a vida em momentos de desvalor e em momentos de potência. Vale lembrar que, o rigor da análise se localiza exatamente nesta sustentação, pois, em um raciocínio de imanência, optamos por não engessar nossos dados em temas estabelecidos,

embora eles estejam presentes o tempo todo. Tentamos assim, mapear a singularidade dos movimentos, evidenciando suas linhas, examinadas as seguir.

3.2 – A linha da reprodução

A história do movimento das serventes escolares pela efetivação de seus cargos teve início no ano de 2001, após a realização de um concurso público pela Secretaria do Estado da Educação para auxiliares de serviços gerais. Nesse concurso ocorreu que grande parte das candidatas que eram analfabetas não foi classificada. Acreditava-se que o processo seletivo seria realizado com o objetivo de legalizar a situação dos funcionários públicos, designados¹¹, que há muitos anos trabalhavam para o Estado e que agora teriam a chance de serem efetivados, algo que não aconteceu no caso das serventes. Muitas dessas pessoas, que já trabalhavam há dez (10), quinze (15) anos para o Estado, não conseguiram passar na prova e se viram sem seus empregos.

Percebemos em nossa pesquisa que, o fato de serem analfabetas, aparecia na vida dessas profissionais como uma determinação de incapacidade e ignorância. Isto aparece em seus relatos:

S3:Eu tinha certeza que elas jamais teriam condições de fazer um concurso público. Porque algumas analfabetas ou semi-analfabetas jamais teriam condições de participar de um concurso público.

¹¹ O termo “designado” aqui se refere à pessoa não concursada vinculada ao Estado através de contratação temporária.

O analfabetismo é visto como ponto, inclusive, em que as serventes poderiam ser enganadas:

S6: Porque na nossa classe a maioria é analfabeta e então ela não tem consciência do que ele poderia estar fazendo com a gente.

Ou até mesmo as incapacitar de arrumar outro emprego ou atividade:

S1: E então a maioria delas, elas são todas analfabetas, e não vão arrumar serviço em outro lugar.

Desta maneira, o desejo é capturado na superfície de registro e controle, descrita no capítulo II desta dissertação.¹² Capturadas por essa superfície, percebemos que, neste caso, as serventes se sentem frágeis e despotencializadas para o enfrentamento da sua condição de trabalho. A síntese disjuntiva estabelece separações entre quem sabe ler e não, quem tem estudo e, portanto é preparado e quem não tem e, por conseguinte é impossibilitado de trabalhar. Esses mecanismos de classificações fazem distinções de valor, formando um espaço estriado que opera pela lógica binária: ou se é alfabetizado e capaz ou não se é, e é incapaz. Além disso, interrompem a processualidade da vida, que se fixa nesta dicotomização.

Após o episódio do concurso, citado acima, ao ficarem desempregadas, as serventes começaram a se organizar dando início a um movimento. O número de

¹² A esse respeito consultar Capítulo II, página 50-51.

serventes que se reuniu na porta do Palácio do Governo em Minas Gerais chegou a quinhentos (500) e a sua primeira conquista foi à suspensão da homologação do concurso e posteriormente a anulação do mesmo em primeira instância. Várias serventes entrevistadas pelo Jornal Hoje em Dia (SANTOS, 2003), relataram sua trajetória profissional nas escolas públicas queixando-se das formas de avaliação que, além de não considerar sua sabedoria adquirida em mais de dez (10) anos de prática, foram realizadas diante de muita confusão e irregularidade.

A APPMG, um dos órgãos representativos dos funcionários públicos escolares do Estado, representando também os auxiliares de serviços gerais, começou a receber as serventes e a escutar as suas queixas e suas demandas. Elas procuravam a associação diariamente para queixar-se de sua instabilidade e da forma como foram pegadas de surpresa pelo concurso. A associação, ao mesmo tempo em que impulsionava as ações criativas do grupo, exercia um papel de captura e direcionamento de suas atividades, como aparece no processo, que chamamos de desmerecimento:

S3: E depois, com a vinda para a associação dos professores, foi aí que a gente aprendeu a falar a coisa certa. No lugar certo. Na hora certa. Era uma coisa que eu não sabia. Eu tinha vontade de ajudar e não sabia como.

Como já foi dito anteriormente, a síntese disjuntiva se instaura determinando que, ou se é servente ou se tem valor; ou se é analfabeta ou se sabe o que falar. Essas crenças são sustentadas pelas entrevistadas, produzindo uma certa submissão à sua condição desvalorizada e, nesse contexto, as entrevistadas

direcionam os sentimentos de mérito e conquista à instituição e não ao seu trabalho e esforço dedicados nas manifestações:

S1:Estamos tendo valor agora por causa da associação APPMG. Se não fosse a associação APPMG, nós estávamos na rua sem direito a nada.

Esse direcionamento se dá, mesmo nos momentos em que o trabalho é reconhecido e continua não sendo valorizado:

S2:Não estou parando em casa mais. Saio de casa às 6 horas da manhã... E como eu trabalho à noite, eu saio às 6 horas da manhã e venho para cá e só chego em casa à meia noite.

Elas atribuem à APPMG o mérito pelo início do movimento, apesar da origem do mesmo estar no agenciamento e na produção que se deu do encontro entre as serventes, a associação e a situação de desemprego:

S3:(...)eu procurei ajuda e vim bater aqui na associação dos professores, que foi onde eu encontrei apoio. E aí começamos o nosso movimento.

O número de serventes que procuravam à associação foi aumentando gradativamente e as insatisfações individuais motivaram reuniões diárias com grupos cada vez maiores. Nessas reuniões, a APPMG ajudou as serventes no levantamento de testemunhas de irregularidades na realização das provas, o que lhes garantiu, no tribunal, um pedido de anulação do concurso.

Contudo, a própria escolha de provas escritas, em detrimento de provas práticas já poderia ser questionada, visto que existem estudos e relatos de

experiências de provas práticas em outros estados e que obtiveram êxito no processo seletivo. As serventes não entendem o que determina este tipo de avaliação que é peça fundamental para organização de suas vidas e de seus direitos enquanto trabalhadoras. Observamos essa incompreensão na fala que se segue, a respeito das avaliações:

S1: Eu tendo 18 anos de estado, a prova valia 70 pontos e eu errei dois pontos, quer dizer que eu fiz 68 e com 10 de Estado eram 78 e a minha filha que nunca trabalhou estava na minha frente.

Percebemos que no plano de organização do concurso existe uma lógica que não é a lógica do cotidiano das serventes. No espaço estriado das avaliações, o trabalho não conta, o que conta são os pontos. Como afirma Deleuze, acerca desse plano: “Ele dispõe de uma dimensão suplementar, de uma dimensão a mais, escondida, já que ele não é dado por si mesmo, mas deve sempre ser obtido, inferido, induzido a partir daquele que o organiza” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 110). Desta maneira, o valor do trabalhador se localiza na pontuação obtida, exigida por quem estruturou esta forma de entrada no emprego.

Na verdade, esse procedimento de avaliação do Estado, pode e deve ser questionado. Em relação a uma prefeitura que realizou provas práticas em seu concurso Vaz (1995) afirma que:

Ao incluir provas práticas para selecionar trabalhadores operacionais, a prefeitura aumenta a produtividade da administração municipal, e não prejudica quem nunca teve acesso à escola, mas detém um conhecimento prático valioso. (VAZ, 1995)

O autor acredita que provas como as de Português e de Matemática não avaliam suficientemente a capacidade dos candidatos a ocupar cargos, que ele classifica como, de natureza operacional. O autor ainda defende que:

As provas práticas são um excelente instrumento para selecionar os candidatos aos cargos cujas funções dependam mais de conhecimentos práticos (o “saber fazer”) do que de conhecimentos teóricos. Ainda que a preparação e a realização de um concurso público baseado em provas práticas sejam mais complexas que um processo de seleção que conte apenas com provas de escolaridade, os resultados, em geral, compensam. (VAZ, 1995)

Seu posicionamento frente à aplicação de provas práticas se baseia em duas experiências que ele considera como de sucesso: a da Prefeitura de São Paulo em mil novecentos e oitenta e nove (1989) e a da Empresa Pública de Transportes de Santo André, na gestão de mil novecentos e oitenta e nove (1989) a mil novecentos e noventa e dois (1992), também no Estado de São Paulo. Em ambos os processos seletivos o que se buscava eram profissionais mais capacitados tecnicamente aos cargos em que iriam ocupar.

Poderíamos assim considerar que, esta escolha por provas teóricas para a seleção de auxiliares de serviços gerais, revela no mínimo uma falta de atenção em relação ao perfil dos candidatos ao concurso, além de uma falta de avaliação crítica no que concerne as reais necessidades do serviço a ser realizado, legitimando os sentimentos de desvalor, ignorância, incapacidade, que emergiram nas entrevistas.

Esta é a lógica do capital e sua axiomática que produz processos de subjetivação que provocam uma sociedade de excluídos. No plano de organização, a lógica das avaliações não dá possibilidades para aqueles que não tiveram a oportunidade de se alfabetizarem, mesmo que o conhecimento da língua escrita não seja fator determinante para execução de suas tarefas. Para fazer parte da

sociedade e poder concorrer a uma vaga de emprego deve-se ser alguém que já tenha se adequado anteriormente ao que está estabelecido, tendo freqüentado outro mecanismo de controle do plano de organização: a escola. Da família para escola, da escola para o trabalho, e aí de quem tentar resistir às amarras disciplinares.

O estudo realizado por Nunes (2000) no Estado do Rio de Janeiro sobre o sentido do trabalho de serventes e merendeiras em situação de readaptação em escolas públicas, embora realizado sob uma perspectiva da saúde mental no trabalho, nos fornece dados que parecem ser muito próximos da realidade das serventes do Estado de Minas Gerais. Em primeiro lugar, por se tratar de estados localizados na região sudeste, em segundo, por serem as capitais dos dois estados e cidades significativas no cenário nacional e, ainda, por ser o estudo no âmbito das escolas públicas.

Nunes (2000) nos fala que o primeiro problema encontrado pelas serventes em seu ambiente de trabalho é a questão do reconhecimento de sua profissão. Em Souza e Silva (1997), livro dedicado à explicação e compreensão da Lei de Diretrizes e Bases, no capítulo que se refere aos profissionais da Educação, estas funcionárias não são sequer mencionadas, sendo considerados como “apoio” no universo da educação, e não como profissionais. Mas este trabalho de apoio implica em uma série de atividades que foram levantadas no estudo de Nunes (2000). As funções desempenhadas pelas serventes, também implicam em cuidados com a higiene e a alimentação das crianças, transporte e armazenamento de alimentos e também limpeza, manutenção e compra de materiais diversos para toda escola. Ou seja, o trabalho das serventes possui tarefas que envolvem responsabilidades e deveres como todos os trabalhos realizados dentro de uma escola.

Para Nunes, Brito e Athayde (2001a), as serventes têm um trabalho que inclui a atividade de educadora, de cuidadora, que extrapola o trabalho braçal, característico da profissão. A este respeito faz a seguinte colocação:

Como educadoras, as exigências e problemáticas cotidianas dos alunos e da função solicitam o uso de si a cada momento, uma vez que elas são maternais, cuidadosas e estão atentas às carências, aos problemas, sentindo-se responsáveis pelas crianças. Assim, seu trabalho está muito além de preparar e servir comida na escola, incluindo um conjunto de atividades cuja dimensão afetiva e social é de tal magnitude, que algumas relatam ter sido madrinhas de casamento de alunos e de batismo dos filhos desses alunos, cujo desenvolvimento na escola acompanharam desde a infância até constituírem suas famílias. (NUNES, 2000, p.106)

Cabe ressaltar, que, embora haja uma desvalorização deste aspecto do trabalho da servente, este também é percebido pelas mesmas como um trabalho que exige conhecimento e preparo:

S1: Porque mexer com adolescente não é fácil. Tem pessoa que é muito calma e tudo... E ainda mais eu que sou uma pessoa geniosa, sou agressiva e tudo, eu sou geniosa e então eu fico difícil mexer com adolescente. E eu aprendi a trabalhar com adolescente. E aprendi mexer com menino que mexe com droga. Hoje em toda escola todo menino mexe. É difícil uma escola que não tenha. A não ser que seja de primeira a quarta série. E é difícil, mas eu aprendi a mexer com eles. Se eu vejo eles mexendo com droga, vou chamar atenção e depois falar: "Não faz isto porque se a diretora ver, ela vai chamar a policia para você". E não pode.

A autora também demonstra, neste estudo, como o trabalho das serventes é atravessado pelos sistemas taylorista e fordista de produção, apresentados no

capítulo I.¹³ A divisão de tarefas, o controle, a produção e a pressão são marcas destes sistemas no cotidiano das trabalhadoras.

É necessário salientar que a divisão de tarefas de serventes e merendeiras¹⁴ é distinta. No caso das serventes, quem determina esta divisão são as diretoras da escola em que trabalham. Já no caso das merendeiras, esta divisão é feita em comum acordo com as próprias merendeiras, pois, neste tipo de função, não existe uma tarefa predeterminada, pormenorizada e permanente. Suas tarefas, na maioria das vezes, são determinadas de acordo com os mantimentos que lhes são disponibilizados. Porém, existe um cardápio prescrito que determina as tarefas a serem executadas. O que se tem observado é que a gestão das tarefas das merendeiras, sua dinâmica, suas formas de comunicação, configuram na prática, uma sincronia no trabalho. Tudo isso em decorrência dos números e horários determinados, como por exemplo, o número de refeições por aluno e os horários de recreio, que na maioria das escolas, não são alterados.

Outro aspecto a ser considerado, no exame deste tipo de atividade, é que a maioria das serventes possui uma tripla jornada de trabalho, uma vez que além das atividades das escolas e das tarefas domésticas, elas ainda desenvolvem outras atividades com o intuito de aumentar o seu rendimento. Além do mais, existe um número pequeno de funcionários disponíveis, em vista do trabalho a ser realizado, fato que, sem dúvida, sobrecarrega ainda mais as serventes. Neste sentido, Nunes (2000) chega até mesmo a comparar a escola com uma linha de montagem:

Pressão de tempo e ritmo acelerado estão intimamente relacionados, uma vez que a escassez de funcionários acarreta o excesso de trabalho, sobretudo se levarmos em conta que, nas cozinhas, as atividades estão

¹³ A esse respeito consultar página 21-23.

¹⁴ Nesse caso o termo merendeira se refere às serventes que desempenham a função de cozinheiras na escola.

singularmente demarcadas pelo tempo. Os horários e desjejum, e lanche e almoço são rígidos, porque um atraso interferiria no processo de trabalho do professor na sala de aula. Isso nos leva a pensar na semelhança com a “engrenagem” de uma linha de montagem. (NUNES, 2000, p.83)

Também na fala de uma das entrevistadas percebemos o atravessamento de uma subjetividade capturada por este ambiente que modula as atividades de seu trabalho e as deprecia:

S3: Que antes eu não sei o que é que nós éramos. Só que nós não éramos reconhecidas. Nós éramos simples robôs. Vou dizer assim, nós éramos simples robôs. Às vezes as pessoas passavam pela gente e nem cumprimentavam. Não éramos ninguém não. Nós não existíamos para ninguém não. Só existíamos para limpar. Éramos os robôs da escola.

Neste contexto, foi constatado que a maioria das serventes chega antes de seu horário para “dar conta de todo serviço”. Nunes (2000) descreve bem a realidade do trabalho das serventes e merendeiras:

A dinâmica do processo de trabalho na cozinha, em face das exigências da produção e da ausência de uma luta organizada sistemática, não dá margem de manobra para que sejam elaborados modos operatórios adequados para proteger a saúde. Ali a carga de trabalho é muito grande, assim como a pressão de tempo. Em cada cozinha encontramos um relógio fixado à parede, bem à vista das trabalhadoras, que a todo instante o consultam, sendo visível a tensão em cada uma delas: *Todo dia a gente fica num estado de nervo, achando que não vai dar tempo, mas sempre acaba dando certo*. Dá certo o produto, para ser consumido, mas vai-se consumindo ao mesmo tempo cada merendeira, cada servente, cujo desgaste muitas vezes não se recupera. Viram sobras, restos, dejetos. (NUNES, 2000, p.94)

Diante das exigências, pressões e más condições de trabalho em que se encontram inseridas as serventes, presenciemos o adoecimento de grande parte dessas trabalhadoras que, não raro, necessitam ser afastadas de seu serviço por licença médica. O estudo realizado por Nunes (2000) é justamente acerca do retorno

das serventes afastadas do ambiente de trabalho e da reconstrução do sentido de seu trabalho sob uma perspectiva da saúde do trabalhador. O adoecimento é o último recurso para os corpos que foram domesticados e moldados pelas linhas duras do plano de organização. Diante do determinismo de suas funções, resta às serventes cumpri-las ainda que muitas destas funções não sejam adequadas as suas reais condições:

S1: Tem muita serviçal doente. Teve muito acidente de serviçal. Tem serviçal que tem mais de 65 ou 70 anos. Tem serviçal com 70 anos que vai limpar uma cantina sobe na escada e cai e quebra a coluna. Mulher de 65 ou 70 anos agüenta subir numa escada?

Em um ambiente em que prevalece a divisão do trabalho, ritmos e movimentos pesados fazem parte de seu cotidiano. A valorização tecnológico-científica, neste contexto, só serve para diminuir a confiança que as serventes têm em seu trabalho e em suas iniciativas. Além do mais, o fato de serem analfabetas contribui com sua inibição, já que elas têm a constante sensação de que não tem nada de inteligente a dizer:

S4: Eu não tenho leitura nenhuma. Eu não sei ler nada. Consegui passar no concurso eu não sei nem como. Para fazer 49 pontos eu não sei como. A moça leu a prova para mim. Claro que ela leu. Porque no edital falava que podia ler a prova. Só não podia me dar a resposta. E aí eu consegui os meus pontos. Só que aí não adiantava nada, pelo tanto de vagas que tinha.

Também interessada nas condições de trabalho das serventes, Chaves (2004) salienta que essas trabalhadoras, em sua maioria, recebem salários mínimos

e moram em pequenas casas, em geral, de dois cômodos, nos espaços desvalorizados socialmente, na periferia das grandes cidades. Acerca do seu local de residência, temos que o fato de as serventes “residirem em comunidades carentes abandonadas pelos sucessivos governos, acarreta conseqüências para seus processos de vida”. (CHAVES, 2004, p.87).

Nas palavras de uma das entrevistadas:

S1: No início a gente ficava tudo doido, tudo doente. Você não sabia, porque é igual alugar um barracão. Você aluga um barracão por um ano. E quando chega o final do ano o proprietário quer o barracão e você é obrigado a sair do barracão. E com a gente é assim, chega no fim a gente não sabia se você ia trabalhar ou se você ia para outra escola. Se eles iam terceirizar. Então é tudo na cabeça da gente. E depois que eu passei para o movimento não.

Esta configuração não se deve apenas ao capitalismo, pois, segundo a referida autora, este quadro de marginalização tem uma evolução histórica, relacionada a questões de raça e de gênero. Mas, sua pesquisa evidencia que, com o modo de produção capitalista, a situação se agravou. Os altos índices de desemprego provocam uma grande procura dos serviços públicos. Pessoas, muitas vezes com escolaridade superior, prestam concurso para este cargo na esperança de serem recolocadas em um segundo momento. O estudo de Chaves (2004) demonstra como as serventes mais velhas perdem seu emprego por não serem concursadas, enquanto outras trabalhadoras frustradas, por possuírem formação imprópria, assumem sua posição. Fato este que também aparece na fala de nossas entrevistadas:

S1:Quantas serviçais! Vinte cinco mil serviçais contratadas todas acima de 50 anos. Quer dizer, você não vê serviçal de 17, 18 anos. Toda serviçal é acima de 40 ou 50 anos, quer dizer não acha mais trabalho para nenhuma de nós. (...)Porque uma pessoa de nível superior, apesar do estudo todo ia pegar a minha vaga, mas não ia fazer o que eu faço, que é chegar na cantina e fazer comida para 700 alunos. Chegava na cantina e não ia lavar um banheiro! O menino vomitava não ia limpar. Não ia. Um médico ia limpar? Ou uma dentista ia limpar? E então não ia?

Neste contexto, a questão do desemprego é mais um agravante. Sabemos que o desemprego é gerador de um aumento de tensão no ambiente de trabalho fazendo com que, em muitos casos, as serventes sejam submetidas a condições ainda piores diante da ameaça de demissão. Esta pressão também foi percebida por uma das serventes que entrevistamos:

S2: E a gente estava desesperado, chorando porque a gente ia perder o emprego. E realmente eu fiz só 45 pontos. Eu estava fora mesmo, eu não ia conseguir pegar o serviço. E aí a gente achou primeiro Deus e esta casa aqui do APPMG aberta e que recebeu a gente de braços abertos.

Para defendê-las em relação às questões trabalhistas e protegê-las de uma situação de demissão em que seus direitos não sejam cumpridos, existem os sindicatos que atendem os profissionais que trabalham, neste caso específico, na Educação. Mas os sindicatos que deveriam ser opções utilizadas de acordo com os interesses singulares destas profissionais, são comparados a times de futebol, a que só se pode torcer por um, limitando, desta forma, os serviços de acolhimento dessas demandas trabalhistas específicas. Percebemos que muitas vezes as serventes

reproduzem a forma de organização do que está estabelecido, que privilegia uma visão dualista, oposta e excludente, em detrimento de uma perspectiva da multiplicidade, como aparece em uma das falas:

S1:O movimento começou assim, porque a gente tem o nosso sindicato APPMG e tem o outro Sindicato. Igual Cruzeiro e Atlético. Aquela rivalidade.

O sistema capitalista faz uso da estratificação criando barreiras para os mecanismos de resistência. Através dos estratos, temos todos que percorrer um mesmo caminho, temos todos uma mesma história universal. Desta forma são produzidas subjetividades em massa, subjetividades moldadas que são capazes de agenciamentos sociais, políticos e econômicos. Para Deleuze (1997) os estratos articulam as matérias e as substâncias produzindo formas de expressão. Sendo assim, as serventes fazem, realmente, parte de “um time”, que diz respeito ao seu jeito de falar, de vestir; ao lugar em que trabalham, ao seu grau de instrução e finalmente ao lugar em que ocupam na sociedade. O capital irá se incumbir de sobrecodificar estas formas de expressão, tirando delas o que têm de singular; dando a elas o sentido que mais se enquadre em sua axiomática. O aprisionamento dos fluxos inventivos, fluxos de resistência, suscita nas serventes pensamentos como este explicitado acima: um pensamento com opções limitadas. Vemos aqui operar uma síntese disjuntiva¹⁵. É como se elas tivessem apenas duas alternativas.

O plano de organização, com suas estratificações que provocam reproduções de modos de viver, agir e pensar, são despotencializadores da vida. A promoção de

¹⁵ Sobre essas sínteses consultar capítulo 2, página 51.

rupturas gera a exacerbação do individualismo, que aparece como uma barreira que enfraquece e despotencializa os grupos:

S4: Tem gente muito interessada: Corre, luta, vem. Agora, tem umas colegas nossas, que elas vem só na hora do aperto. Mas, depois que passa o aperto nem aqui nas reuniões, nem aqui conosco mais. E esta é uma das dificuldades que nós temos. Porque quando estoura alguma coisa aí no jornal, elas ficam doidinhas, e enche isto aqui. Agora, na hora que elas pegam o contrato delas e assinam lá e começam a pegar a bufunfa delas todo mês, elas esquecem que tem uma casa delas aqui para elas virem. Porque aqui é a nossa casa.

Os estratos fazem o agenciamento perder a sua potência inventiva e seu nomadismo, em movimentos de territorialização e de codificação; contudo, não o dominam totalmente, apenas o capturam transitoriamente, para ocorrer, em outro momento, a desterritorialização, a descodificação, que também o integram, já que estamos no reino da imanência.

Quando nos deparamos com todo este histórico de atravessamentos do sistema capitalista sobre os interesses do trabalhador, chegamos a questionar se é possível para o homem constituir novos sistemas de valores e criação em que prevaleçam outros modos de produção diferentes do sistema capitalista dominante. Mas veremos como o movimento das serventes é atravessado por diversas linhas e que traços de aprisionamento e resistência coexistem, encontrando-se em uma eterna disputa de forças no âmago do grupo.

3.2 – A linha da invenção

Com o movimento, as serventes conseguiram inventar uma nova solução para o problema que lhes afligia. A solução inventada foi lutar contra o concurso e, sendo assim, contra a forma como ele foi realizado. As serventes aconteceram, agenciaram e encontraram na APPMG uma grande aliada para sua luta. A partir daí elas descobriram irregularidades e puderam apresentá-las como argumento para um pedido de anulação do mesmo.

A estratificação é operante no plano de organização, mas é, também, dos estratos que surgem os agenciamentos coletivos. É a partir das rupturas e dos territórios que surgem novos agenciamentos, pois o agenciamento é o “entre”. O agenciamento abarca as segmentaridades, ele produz associações de dimensões heterogêneas inserindo-as no processo rizomático em que ocorrem as multiplicidades. Nas palavras de Deleuze (1997):

Os agenciamentos já são algo distinto dos estratos. Contudo, fazem-se nos estratos, mas operam em zonas de descodificação dos meios: primeiro, extraem dos meios um território. (DELEUZE, 1997, p. 218)

No plano de organização, linhas de segmentaridade foram definidas, linhas como do analfabetismo associando-se a linha do *status* econômico e social. Mas também surgiram novos agenciamentos. Um exemplo é que, no momento em que as serventes se depararam com o fato de que não sabiam nada, e que não conseguiriam trabalhar com mais nada, foi que elas descobriram que sabiam fazer uma coisa bem: sabiam ser serventes. A precarização da vida, marcada na submissão, nos gestos, na existência nos bastidores da escola, subverteu-se e as

serventes experimentaram serem reconhecidas e valorizadas, mesmo que por elas mesmas:

S3: E então a gente achava injusto estas pessoas não terem pensado nestas pessoas, que estas pessoas não tem condições de fazer concurso. Estas pessoas tem que permanecer, é lá que é lugar delas. É lá que elas sabem trabalhar. É a única coisa que elas sabem fazer e fazem com carinho. E fazem com amor. E a servente escolar... Cada um deve ter uma servente escolar na vida, porque é ela quem sabe o aluno que caiu. O aluno que está com dor de cabeça. O aluno que está deprimido. É a servente que sabe. Não é o professor. Eu acho que a servente é a maior educadora de uma escola. Porque ela que sabe tudo o que acontece dentro de uma escola, desde a secretaria, a uma sala de aulas, a cantina é que tudo passa pelas mãos da servente.

No dia 22 de janeiro de 2003, o Jornal Estado de Minas publicou a decisão do Governador do Estado de Minas Gerais de determinar a suspensão da homologação do referido concurso alegando que havia a necessidade de o Ministério Público ter tempo para julgar se houve irregularidades no processo ou não. A notícia apresentada por Souto (2003) no jornal foi a seguinte:

Por decisão do governador Aécio Neves (PSDB), está suspensa, por tempo indeterminado, a homologação do resultado do concurso público realizado pela Secretaria de Estado da Educação, em 2001, para o preenchimento de 18.757 vagas de ajudantes de serviços gerais. (...) Ao anunciar ontem a suspensão, o governo estadual se pautou por relatório do Ministério Público, que encontrou indícios de irregularidades nas provas. (SOUTO, 2003, p. 19)

A partir desta decisão do governador houve uma mudança em todo processo. O que ocorreu é que, passado o período de dois (02) anos, desde a realização das

provas, os cargos deveriam ser homologados, caso contrário, o concurso passaria a ser considerado como “caduco”, ou seja, a partir desse prazo não teria mais validade. Diante da morosidade da homologação do concurso e dos processos que competem ao Ministério Público, o concurso realizado pelas serventes venceu seu prazo de vigor, perdendo assim sua validade.

O que foi o movimento das serventes enquanto grupo dispositivo; enquanto mecanismo de resistência? Acreditamos que o movimento das serventes criou também um novo espaço de agenciamentos. O grupo das serventes não representava um território existencial único, é sobretudo, um espaço de multiplicidades em conexão. Dessa forma, veremos que, em nossa pesquisa, não estamos considerando o movimento das serventes com um conjunto de pessoas com características semelhantes; estamos considerando sim, o processo, o encontro de várias pessoas no acontecimento grupo.

Neste sentido, o grupo é um dispositivo de resistência, pois o mundo atual com sua lógica capitalista dominante, como já foi visto¹⁶, promove a produção de subjetividades individualizadas e modeladas, e a reprodução da vida em detrimento da diferença, das multiplicidades e da valorização da diversidade de territórios existenciais.

O grupo das serventes, enquanto dispositivo de resistência, promoveu a invenção e os novos agenciamentos. O dispositivo grupal inseriu as serventes na axiomática do capital mas inventando para elas um novo espaço. Mecanismos como a mídia, que na maioria das vezes são utilizados para reproduzir uma lógica dominante, neste contexto, sustentaram a resistência. A nova forma de existir gera efeitos no plano de organização e surgem estratégias para a expansão da vida:

¹⁶ A esse respeito consultar capítulo 2, página 67.

S3: O que foi muito difícil é a imprensa. Porque se a imprensa, se a gente não der ibope infelizmente a coisa não acontece. E como nós conseguimos fazer a coisa ser ibope, toda a imprensa... graça a Deus. O que eu considero que foi uma coisa divina, que toda a televisão escrita ou falada, toda a imprensa nos deu prioridade e isto foi um ganho muito grande para a gente.

As serventes inclusive chegam a considerar a imprensa como potencializadora do movimento:

S3: Mas depois que a imprensa nos descobriu e nos ajudou nós não tivemos mais dificuldade de chegar a lugar nenhum. Inclusive hoje as portas estão abertas, onde chegamos e apresentamos como serventes escolares as portas se abrem para a gente.

Com a suspensão da homologação do concurso essas pessoas ganharam tempo para se organizarem melhor. As serventes passaram a se reunir semanalmente na APPMG. Nas reuniões elas discutiam formas de reivindicar e planejavam estratégias de sensibilização da população para sua causa. Nesse momento surgem novas questões pelas quais reivindicar, como pela melhoria de salários e pela melhoria nas condições de trabalho, dentre outros. Também surgiram novas demandas como a de várias serventes que procuravam a APPMG com casos singulares em busca de um auxílio na resolução de seus problemas relacionados ao trabalho.

Neste momento, percebemos o efeito dos dispositivos inventivos refletindo nas vidas das serventes. O grupo não desconsiderava sua heterogeneidade e tal experiência soava às participantes do movimento como algo positivo:

S1: E então eu acho que foi muito bom este trabalho nosso porque a gente lutou muito. A gente tomou muita chuva. E foi muito difícil. E muita fé. Muita oração. Tinha santo de tudo o que é qualidade. Tinha espírita. Tinha evangélico. Você não sabia se você orava, se você cantava, ou se você rezava.

Durante o processo do grupo surge uma nova maneira de ser serventes; é a síntese conectiva, operando no plano de imanência novos territórios existenciais:

S5: Porque nós somos uma classe que dentro da escola nós só éramos a servente. E então a gente não tinha participação, a gente não tinha como falar. A gente não tinha com quem falar nada dentro da escola. A gente só era a servente. A gente só estava lá dentro para cumprir as 6 horas e cumprir com as nossas obrigações. E hoje não. Hoje a gente é respeitada. Nós não somos mais serventes, nós somos serviçais. E somos respeitadas. Eles sabem que hoje nós temos onde recorrer. Eles sabem que hoje não somos mais aquelas que só tínhamos deveres. Eles sabem que hoje nós também temos direito. E então isto mudou muito dentro das escolas. Apesar de muitas escolas ainda não terem se atualizado em cima disto. Mas são poucas que agora estão dentro da escola que não sabem que elas tem os direitos, que não são só os deveres mais não, tem os direitos também. E então este movimento foi muito bom, a gente hoje em dia é reconhecida. Coisa que toda vida teve um movimento, mas era de professor, era professor que ia para a rua, professor que fazia greve, professor que pedia aumento. Professor que fazia isto e isto. E agora não: Nós também podemos pedir, nós vamos para a rua. Se tem uma reunião do sindicato, o nosso sindicato também fica aberto a entrar na reunião e participar. E isto é bom demais para a gente. Melhorou bastante nesta parte.

Nesta época, as solicitações direcionadas à APPMG aumentaram e a instituição começou a orientar encontros e grupos de discussão sobre o papel das entidades representativas de classe. As próprias serventes que se reuniam semanalmente na APPMG convocaram e explicaram para suas colegas a

importância de se reunir em um congresso para a formação de seu sindicato que as representasse na luta pelos seus direitos. Através das orientações recebidas pela APPMG, elas realizaram um congresso, em um hotel no centro de Belo Horizonte, que teve como fruto o Sindicato dos Serventes Escolares Públicos de Minas Gerais – SSEP - MG. Os representantes do sindicato foram eleitos através de uma votação realizada no congresso que contou com a participação de mais seiscentas (600) serventes de todo o Estado de Minas Gerais.

O que as auxiliares de serviços almejavam, com a formação de seu sindicato, era o direito a efetivação por tempo de serviço. Contudo, esta demanda não foi possível de ser atendida, uma vez que a Constituição (BRASIL, 1988) de nosso país rege que para o serviço público só pode haver efetivação mediante concurso público.

Uma das principais sensações transmitidas pelas serventes a respeito do movimento era a de descoberta. Elas, coletivamente, deram consistência à sua capacidade de aprender, de inventar coisas novas, de criar soluções. Ao sair do individual e se lançar na multiplicidade possibilitada pelo grupo, elas se lançam na relação de alteridade presente entre elas, e podem deixar a vida fluir para a criação. Esta ligação intensiva permite fundar um outro território existencial, via a emergência do plano de composição, do coletivo, e combate uma enunciação individualizada, territorializada. Deleuze (1992) resgata a idéia de plano de composição numa dimensão artística e estética. É um plano em que a composição é produtora de formas singulares. O plano de composição permanece sob o plano de organização em uma coexistência, em uma imanência de superfícies e se exerce através de forças que atravessam o campo social: forças moleculares. É um plano que se configura como um novo território existencial em aberto.

O movimento e a resistência nele presente trouxeram momentos de muita alegria para suas participantes. O processo criativo e os encontros lhes proporcionavam energia, o que muitas vezes fazia com que preferissem estar na manifestação ao invés de estarem no ambiente repetitivo e opressor de suas casas:

S4: Por exemplo, se eu estou longe de casa eu não sei se isto é bom ou se isto é ruim. Eu estou longe de casa se surgir alguma notícia ou boa ou ruim eu vou levar só um choque. E se eu estiver lá por exemplo, eu estou vendo aquela confusão o tempo todo. E aí o meu coração fica preso o tempo todo. E aqui eu estou conversando, eu estou para um lado e estou para o lado e estou conversando. E estou espairecendo.

Elas se referem às conversas com o grupo com um momento de novidade e invenção, em que as angústias do cotidiano tomam outra dimensão, chegando a desaparecerem:

S2: E aqui no APPMG acontece alguma coisa e chamam a gente. Na família, pode acontecer muitas coisas e você sai de casa e larga tudo lá. Venho para APPMG e quando eu chego aqui sai tudo da minha cabeça. Eu converso com as colegas. E sai tudo da minha cabeça. Aqui é uma casa de Deus mesmo. Graças a Deus.

O grupo como um novo território existencial aparece como uma segunda casa, não no sentido familiarista, mas no que se refere à possibilidade de conectar-se, de relacionar-se:

S4: Eu trabalho, e quando eu venho para cá eu fico mais aliviado. Todo mundo lá

em casa sabe que eu estou aqui. Sabe onde o meu pai está. O meu pai está lá. Pode ligar para lá que o meu pai está lá. Igual o menino subiu a escada aqui e eu fui embora porque eu fui resolver um negócio para o meu filho e eles foram embora e eu fiquei aqui. E então o meu negócio é este. Onde eu estou a minha família sabe onde eu estou. E então eu, pelo menos eu considero isto aqui como a minha casa também.

Nesta nova casa as serventes rompem com o individualismo, promovem um agenciamento coletivo da enunciação que as permite saírem de si mesmas:

S2:Acho bom. Acho bom porque a gente conversa com uma, conversa com outro. E vai se distraindo e não fica só pensando em você. Eu não sei se eu posso falar isto aqui, mas é a verdade.

No Estado do Rio de Janeiro, este mesmo contexto¹⁷ teve desdobramentos diferentes. Diante das dificuldades encontradas na administração deste tipo de serviço nas escolas, e, seguindo as influências do mundo de trabalho capitalista, o Estado resolveu terceirizar, ou seja, delegar à administração privada a responsabilidade do mesmo. O que não resolveu em nada a situação de irregularidade e exploração destas trabalhadoras, pois, Chaves (2004) nos adverte que:

¹⁷ De acordo com Nunes, Brito e Athayde (2001), em meados de 1968, no Rio de Janeiro, profissionais ligados a uma associação de professores de escolas públicas, manifestaram por melhores condições de trabalho e por sua efetivação de seus cargos. A partir dessa luta criou-se o Centro Estadual de Professores (CEP) que promoveu, posteriormente, junto a outros estados, conferências e debates a respeito das condições dos funcionários públicos da educação.

As novas formas de gestão no mundo do trabalho advogam a terceirização de setores econômicos menos dinâmicos, como, por exemplo, os serviços gerais e, dentre eles, a limpeza. Na medida que a Secretaria Municipal de Educação implantou um processo de terceirização do setor de limpeza nas escolas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro pelo qual contratam-se cada vez mais mulheres negras e pobres, denotando formas de exclusão social, sexista e racial, acreditamos necessário novos estudos que identifiquem a origem, os objetivos e os limites desse processo de terceirização escolar, analisando criticamente o papel social e pedagógico de serventes terceirizadas. (CHAVES, 2004, p.221)

Portanto, para a autora, quem realmente obteve ganhos com a terceirização deste trabalho foram as empresas que, de certa forma, continuaram explorando estas funcionárias. Inclusive, seu estudo aponta para uma série de adoecimentos em função deste trabalho. As serventes de Minas Gerais têm consciência de que a terceirização é uma possibilidade. Isto aparece nas respostas que elas deram nas entrevistas, mas quando este elemento é levantado, aparece como uma coisa que realmente não lhes traria nenhum benefício.

Também a partir de uma perspectiva da saúde do trabalhador, desta vez em pesquisa efetuada em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, Minayo-Gomez e Barros (2002) enfatizam que quando se trata deste tema, os estudos que prevalecem são dirigidos ao âmbito das indústrias e por isso ressaltamos a importância de construir novos caminhos e ampliar as pesquisas acerca dos trabalhadores nas escolas que, como podemos ver, assim como na indústria, estão subordinados a situações de exploração e adoecimento.

Para estes autores, o trabalho nas escolas implica em uma complexidade que contempla situações de criação e improviso que pouco são retratadas nas pesquisas acerca do ambiente educacional. O perfil dos trabalhadores se apresenta tanto como o de possuidores de corpos domesticados e disciplinados com movimentos estereotipados, quanto como de corpos rebeldes, revoltados em relação às tentativas de serialização.

O sistema de ensino das escolas públicas brasileiras já passou por diversas mudanças, todas elas visando melhoria na qualidade de ensino. Não parece importar mais às escolas a transmissão de conteúdos em massa, mas sim o que se tem buscado é uma formação mais ampla, que englobe um compromisso ético e social. Estamos vivenciando um momento em que as escolas almejam, além de transmitir conhecimentos, preparar o aluno para seus relacionamentos. Neste sentido, o espaço escolar se configura como território ideal para experimentação dos mais variados tipos de relacionamentos. Por isso, consideramos que:

Merendeiras e serventes desempenham um papel importante na educação e que não se limita de fato à preparação de alimentos e higienização de espaços. (NUNES, BRITO, ATAHYDE, 2001a, p. 56).

Estas profissionais, através de um saber que tem origem em sua prática e em suas histórias de vida junto à comunidade em que trabalham, ensinam e cuidam dos alunos indo muito além das expectativas que lhes são conferidas. No cotidiano de seu trabalho, elas lidam com situações em que criam uma relação de grande intimidade com os alunos, assim como com os professores. Na hora das refeições assumem o lugar de provedoras, e também de educadoras, ensinando como comportar, a importância dos alimentos e o que comer. Nos toaletes, elas acompanham os hábitos de higiene e também os alunos “fujões” que usam deste espaço para escapar das aulas. Todas estas situações demonstram que as serventes participam da educação de crianças e adolescentes nas escolas. Por isso, Nunes, Brito e Athayde (2001a) afirmam que:

Ao desenvolverem todas essas atividades, essas trabalhadoras estão estimulando o comportamento social das crianças, bem como assegurando o atendimento de suas necessidades nutricionais, o que as torna responsáveis pela saúde das crianças (NUNES, BRITO, ATHAYDE, 2001a, p. 58)

Para estes autores, ainda que o resultado da contribuição do trabalho dessas profissionais para a formação dos alunos seja visível, não há um reconhecimento por parte das escolas dessas experiências e desse tipo de trabalho, como pedagógico. Ou seja, a cultura escolar não escapa ao domínio do pensamento capitalista, que promove a divisão social do conhecimento e do trabalho, estabelecendo uma hierarquia entre atividades ditas manuais e intelectuais. Esta cisão desconsidera a possibilidade de execução de ambas as atividades por um único profissional. Assim:

Merendeiras e serventes desenvolvem um trabalho dito manual, sendo, por isso, consideradas trabalhadoras não qualificadas e subalternas, dos quais não se espera ou se supõe que sejam capazes de pensar ou de ter algum tipo de conhecimento a respeito de seu trabalho. (NUNES, BRITO, ATHAYDE, 2001a, p. 59)

É importante destacarmos que durante os processos inventivos ocorrem, a todo momento, o que Deleuze (1997) chama de desterritorializações. Para Deleuze (1997) a desterritorialização pode ter dois sentidos: um negativo e outro positivo. Agenciamentos como os estabelecidos com a APPMG, ora aparecem como inventivos, ora como reprodutivos. Não existe um território único, nem um percurso uniforme das linhas: existem multiplicidades.

No sentido positivo ocorre uma afirmação através das reterritorializações que desempenham, neste momento, um papel secundário. Deleuze (1997) esclarece, neste caso, que:

(...) a reterritorialização como operação original não exprime um retorno ao território, mas essas relações diferenciais interiores à própria desterritorialização, essa multiplicidade interior a linha de fuga. (DELEUZE, 1997, p.225)

As reterritorializações se desdobram em multiplicidades, que ao ocupar um lugar secundário diante das desterritorializações, propiciam o que Deleuze (1997) chama de desterritorializações por excelência. Elas promovem agenciamentos inventivos que se conectam a de infinito. As serventes criaram uma nova ética, decidiram existir de uma nova maneira e promoveram novos territórios existenciais, em que passaram a se enxergar como detentoras de direito e não só de obrigações.:

S6: Porque antigamente a mãe da gente, os pais da gente ensinavam a gente as coisas erradas. Que a gente é preto e a gente não pode usar camiseta porque a camiseta não foi feita para nós. E que também que quando o branco falava a gente tinha que ficar mais é calado. E então, que preto não tinha lugar. E depois, quando a gente vai crescendo, depois de passar muito tempo é que a gente vê, e nota a diferença. Que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Porque depois que eu comecei a vir aqui no APPMG, a Joana passou isto para nós: que a gente é igual a todo mundo. E então a gente chega aqui é preto, é branco, é azul, é tudo igual. Não tem diferença nenhuma. E então, é aí que a gente vê que não tem aquilo que os pais da gente falavam. E a gente começa a viver a vida da gente é depois dos 40. Eu acho muito engraçado, interessante. Eu passava isto muito para as minha meninas. E agora eu não falo com elas mais. Eu já tento passar para elas o outro lado. O mundo foi feito para nós todos. Todos nós temos direito de viver também. E então nós temos direito como todo mundo.

Como vimos na linha da reprodução, a segmentaridade, a estratificação estanca a circulação da vida e opera cortes e recortes que compõem a forma das serventes se colocarem no mundo do trabalho. Esses estratos estabelecem métodos de hierarquização e de organização do cotidiano dessas pessoas. Por outro lado, as fissuras neste estrato, como vemos na linha da invenção, possibilitam a formação de linhas de fugas, que se dá no molecular, mas passa para o molar, para o visível, em que se vê sua efetivação.

3.3 – De novo, a territorialização

O processo de reterritorialização em uma dimensão negativa contribui para mecanismos reprodutivos, que estão a serviço da desvalorização da vida. O sentido revolucionário do movimento é esvaziado; o âmbito político é arremessado na dimensão privada, como veremos na fala de uma das serventes a seguir:

S1: Eu acho que é assim, a nossa relação virou uma família. A gente é muito unido, a gente participa de tudo. Viaja junto e fica no mesmo quarto. E eles me botaram apelido de Xuxa e eu não tenho nada a ver com a Xuxa. E a gente ficou uma família.

Havia um território novo, uma relação nova, elas eram profissionais que se conheciam e que mudaram suas percepções, que inventaram uma nova maneira de ser servente, mas tudo isso é redirecionado para o campo da família. Esse território é atravessado por linhas duras, já conhecidas e reproduzidas de maneira que os agenciamentos sejam reprodutivos, não representando mais uma potência de caráter inventivo.

Para Deleuze (1997), esse sentido negativo ocorre quando a desterritorialização é recoberta pela reterritorialização de tal forma que a linha de fuga fica bloqueada, ficando bloqueados também os fluxos inventivos. No momento em que ocorrem as rupturas, o desejo é capturado e direcionado para um novo território dentro do plano de organização.

As serventes, como família, não ocupam mais um lugar de heterogeneidade, não representam mais uma potência. Mesmo a resistência estando presente no momento em que a servente afirma não reconhecer o lugar o qual estão lhe atribuindo, elas são infantilizadas, recebem apelidos pejorativos e perdem nesses momentos seu poder de decisão. Elas se referem às pessoas que trabalham na APPMG como representante de seus pais, chegando até mesmo a chamá-los de pai e mãe, delegando a eles o poder de decisão sobre os rumos que serão dados ao movimento:

S5: E então aí a gente arregaçou as mangas e começou a ficar junto e onde o pessoal do APPMG chamava a gente para ir nós estávamos indo. Quando a APPMG chamava a gente, a gente ia. E se eles chamassem a gente para ir até o final do mundo nós íamos até o final do mundo.

Com a criação do sindicato com sede definida junto a APPMG, as serventes continuam recebendo o apoio da entidade e dão prosseguimento aos seus trabalhos. As reuniões, que eram semanais, deram espaço a atendimentos realizados diariamente. Agora, o sindicato, além de criar um espaço para discussões de temas relativos ao trabalho dos auxiliares de serviços gerais como um todo, também procura fornecer auxílio às profissionais em suas queixas individuais. Reuniões mensais são realizadas, na sede do sindicato, em que são discutidas formas para preservarem seus cargos, ou pelo menos lutarem por um concurso com provas, que no seu entender, sejam mais justas e adequadas a sua realidade.

Para as auxiliares de serviços gerais, as leis que regem o Estado desconsideram por completo os anos de serviços que elas vêm prestando junto às escolas. O que as serventes alegam é que qualquer outro patrão, que não o Estado, seria responsabilizado pela demissão e até pagaria uma indenização justa a cada

funcionário. Mas para o Estado, as leis que asseguram os direitos dos trabalhadores, neste caso, não se aplicam ao tipo de contrato que elas fizeram. O contrato que as serventes fizeram com o Estado foi um contrato como trabalhadoras provisórias. E o que era para ser provisório, em muitos casos perdurou por mais de dez (10) anos, e para essas pessoas, sem dúvida, isto já caracterizava um emprego fixo. O que elas viram como alternativa, em um primeiro momento, foi a realização de manifestações contra essas “leis”. A palavra leis vem entre aspas para demonstrar que as serventes não se manifestavam apenas contra as leis propriamente ditas, mas sim contra tudo que tentava oprimi-las, tirando-lhes o direito de trabalhar. Além disso, elas organizaram manifestações a favor da paz, em homenagem ao jornalista Roberto Marinho, contra a homologação do concurso e principalmente em favor da manutenção de seus cargos.

Cabe ressaltar que os professores designados também se encontravam na mesma situação trabalhista que as serventes, porém o que chama a atenção é que os mesmos não recorreram a APPMG em tão grande número. A APPMG chegou até mesmo a convocá-los para reuniões e manifestações, mas o número de professores presentes variava muito: às vezes apenas vinte (20), outras, mais de cem (100), mas nunca chegavam a duzentos (200). Enquanto isso, o grupo das serventes só crescia, não só em número, mas também na sua forma de organização, cada vez mais estruturada. A maioria das participantes do movimento já se conhecia, e chegaram a formar uma rede que atingia todo o Estado de Minas Gerais. Muitas tinham parentes no interior que também eram auxiliares de serviços gerais e estas faziam contato pelo telefone da APPMG convidando e combinando encontros. Também foram realizadas pequenas excursões

e palestras no interior com o objetivo de divulgar as informações relativas ao movimento.

Poderíamos dizer que com a criação do sindicato se instaurou o momento da reterritorialização por excelência. A institucionalização do movimento fortaleceu as linhas reprodutivas, tirando-lhe o que tinham de mais especial: sua liberdade e a autonomia grupal.

Na análise realizada, a partir das contribuições da Filosofia da Diferença, vale lembrar que os processos de resistência e de captura são contínuos e coexistentes. Nesse sentido, observamos que a desterritorialização e a reterritorialização fazem parte de sua dinâmica. A esse respeito, Deleuze (1995) afirma:

Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros?(...) É a mesma coisa quanto ao livro e ao mundo: o livro não é a imagem do mundo segundo uma crença enraizada. Ele faz rizoma com o mundo, há evolução a-paralela do livro e do mundo, o livro assegura a desterritorialização do mundo, mas o mundo opera uma reterritorialização do livro, que se desterritorializa por sua vez em si mesmo e no mundo (se ele é disto capaz e se ele pode). (DELEUZE, 1995, p. 18)

O grupo de serventes também passa pelo processo de invenção, captura e reterritorialização. Na mesma proporção em que se movimentam e se originam os fluxos, ocorrem rupturas e fugas. Portanto, também esta nova organização que se estabelece no movimento faz emergir as linhas da reprodução e da invenção. Esta processualidade é inerente à vida.

CONCLUSÃO

O GRUPO COMO DISPOSITIVO DE RESISTÊNCIA

Este estudo nos possibilitou analisar os processos de subjetivação que ocorrem no movimento das serventes pela sua efetivação, em Minas Gerais, e discutir os vários dispositivos potencializadores, ou não, da vida no grupo. Quando nos propusemos a fazer a cartografia deste movimento, não pretendíamos criar um mapa definido acerca do que aconteceu no movimento, mas sim, destacar o caráter complexo e processual das linhas que o percorrem. Neste sentido, acreditamos que tal proposta foi alcançada.

Vemos que a lógica capitalista dominante estabelece regras de avaliação do trabalho dessas profissionais que desconsideram suas reais potencialidades, operando para a precarização da vida nesse grupo social. Cada vez mais quem não faz parte da axiomática do capital, que pretende capturar todos os fluxos da vida em um regime de valorização e de consumo, permanece em posição desprivilegiada. O trabalho das serventes também é atingido por determinações do sistema dominante, que estabelece a divisão social e técnica do trabalho, produzindo espaços privilegiados para os detentores de capital. Neste sentido, trabalhos que exigem saber prático e esforço físico são desvalorizados e menosprezados pela sociedade capitalista que desconsidera a competência técnica necessária para realização do mesmo.

Assim chegamos à resposta a questão: como as serventes acontecem no movimento? Elas acontecem na invenção do novo modo de ser servente.

Elas acontecem como serventes que participam de reuniões escolares, como serventes que são vistas e reconhecidas como profissionais pela comunidade escolar, como profissionais que têm um saber prático, uma competência técnica em saber limpar, cozinhar, ajudar e preparar a escola para receber os alunos. Também acontecem no momento em que elas se percebem conectadas, ou melhor dizendo, agenciadas às demais colegas de sua profissão e também à toda a comunidade escolar. Elas não são robôs cumprindo sua função na escola, elas são pessoas, peça-chave exercendo sua multiplicidade no trabalho, trabalho que também produz vida.

Ao pesquisarmos a linha da reprodução, encontramos informações e falas, posturas que apontam para esse caráter repetitivo e sistematizado do trabalho das serventes. A própria realização de concursos que teve como consequência as demissões em massa, já demonstra uma realidade marcada pelas determinações de um plano estabelecido, que necessita de uma organização uniforme para exercer suas formas de controle em maior abrangência.

Nesta linha, observamos que as serventes não têm possibilidade de inventar, de ter direitos, elas estão marcadas pela pobreza e pelo analfabetismo que determina suas chances de vencer a batalha contra o desemprego, têm sua potência de vida reduzida à mera sobrevivência. Moldando a subjetividade das serventes, esta linha dura determina a certeza de uma incapacidade para realização de quaisquer tarefas, pois temos como exemplo os editais dos concursos que estabelecem que, para concorrer para qualquer cargo, os candidatos deverão fazer provas escritas. Desta forma, analfabetismo e incapacidade são afirmados e legitimados pelos mecanismos

de poder que, é claro, são reproduzidos pelos demais ramos da sociedade como outras empresas que apenas contratam pessoas jovens e alfabetizadas. Essas características, também se molecularizam, através de microfascismos e se fazem presentes em cada uma das serventes, que também se sentem desvalorizadas e inferiorizadas.

Percebemos, por este viés, como as serventes estão assujeitadas ao controle capitalista: elas perdem o sentimento de que podem fazer algo e sustentam um modo de trabalhar submisso, passivo. Em alguns momentos chegam a afirmar que não sabem de nada e que não têm nada a fazer senão pedir ajuda. Quando se colocam neste lugar, de não saber, o lugar de saber adquire poder e fica em uma dimensão escondida que estabelece e determina valores de acordo com seus interesses. Portanto, percebemos as serventes, em alguns momentos, perdidas, sem saber de seus reais direitos, sem ter consciência do valor de suas atitudes e de suas manifestações, dominadas por forças que desqualificam, inibem, submetem. Em seus relatos encontramos as marcas do lugar desprovido de significado, ou talvez marcado pelo menosprezo da função que ocupavam na escola.

Além de que, nessa linha, em que impera o plano de organização, tudo se encontra bem articulado para atender à lógica do capital. Por isso, não é novidade encontrarmos no cotidiano do trabalho dessas profissionais uma realidade similar à das fábricas, marcada por longas jornadas de trabalho, por ritmos, controles e exigências desmesuradas de produtividade.

Mas a vida das serventes também é atravessada, simultaneamente, por linhas inventivas, pois, é impossível subtrair da vida toda a sua força de criação. A luta e o movimento dessas linhas são tão imbricados que fica difícil

separá-los de uma maneira distinta e estanque. A criação também aparece na reprodução, pois a processualidade da vida é imanente ao seu enclausuramento, e é a partir da reprodução que as serventes acumulam experiências para inventar novas maneiras de agir. Os processos de subjetivação que produzem assujeitamento, inércia e passividade, também podem trazer consigo uma potência transformadora mediante os agenciamentos, encontros e intensidades. As linhas de virtualidade com seus modos heterogêneos de subjetivação coexistem com modos subjetivos totalizantes.

Quando agenciam, as serventes não estão mais isoladas, elas compõem o grupo. Este funcionamento em rede que caracteriza a axiomática do capital e que, a princípio, serve como mecanismo aprisionador da vida, é também um mecanismo que promove forças que se opõem e escapam ao controle absoluto. É através dos agenciamentos que as serventes formam o grupo e dele surge uma nova configuração: o grupo como dispositivo de resistência. Nele, as serventes inventam e descobrem novas linhas.

Neste contexto, percorremos, nesta cartografia, também a linha da invenção em que encontramos a construção de formas de vida, de novos jeitos de ser servente. As serventes descobrem que sua profissão nas escolas implica em tarefas complexas e importantes para os alunos: limpar e cuidar da escola também é ensinar e cuidar dos alunos. Descobrem que ensinam tanto quanto os professores, mas ensinam coisas diferentes e por serem diferentes é que têm alguma coisa a dizer nas reuniões das escolas.

Na axiomática do capital as serventes representam um conjunto homogêneo de trabalhadoras reivindicando por uma causa perdida, pois a

realização de concurso público é regulamentada pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ou seja, os protagonistas das forças que oprimem as serventes se encontram dissolvidos na rede do capital o que impossibilita a resistência direta contra estas forças.

Entretanto, o grupo como dispositivo de resistência é o espaço em que irão prevalecer as linhas de fuga. Neste espaço a resistência também está dissolvida em mecanismos moleculares e escapam às diversas formas de controle criando novas possibilidades.

Através de suas reuniões, conversas e reflexões, as serventes descobrem valores atribuídos à sua profissão que não são determinados pela dinâmica do capital. Estes valores são os que as pessoas e elas mesmas lhes atribuem. É através dos encontros e agenciamentos que surge a invenção e a resistência.

Então, qual o lugar ocupado pelo grupo das serventes, nessa dinâmica de forças? Nesta perspectiva, o grupo não ocupa um lugar nem de uma singularidade homogênea nem de uma parcela significativa do todo também homogêneo. Por isso, grupo não é, nem somente resistência, nem somente reprodução e captura, ele é o *entre*. O espaço do *entre* é um espaço aberto às criações, é um espaço de recriação. Neste espaço o grupo se encontra em constante processo de captura e fuga. O grupo é heterogeneidade, ele representa multiplicidades em conexão.

Lutar pela manutenção de seus empregos se torna algo de direito, elas se sentem e se colocam como portadoras de direito, e escapam da sua postura padrão e criam uma nova existência. As serventes são capazes de pontuar nesse momento o porquê devem continuar trabalhando neste cargo. Elas

conseguem dizer que, ao contrário do que se pensa, elas sabem de alguma coisa. Tomam para si a voz tantas vezes calada e subtraída.

Neste sentido, as serventes iniciam um movimento de resistência. Elas não sucumbem às forças do plano de organização que lhes pressionam para o lugar de merecedoras de uma situação de desemprego e usam estratégias desse plano para se expandir. Ao questionarem o plano de organização que estabelecem regras para que elas estejam à margem da sociedade, elas questionam o sistema capitalista como um todo. Não foi sem motivo que essas profissionais manifestaram também em favor da paz e da educação, contra a corrupção e as guerras.

Seu saber e sua autoprodução são usados em favor de uma singularização da profissão de servente, para uma abertura à dimensão de criatividade processual, no contato com aquilo que chamamos de heterogeneidade. A heterogeneidade é a manifestação do que há de mais singular, do que há de multiplicidade no movimento das serventes. Movimento que possibilitou a estas pessoas a experimentação de serem pessoas ouvidas e reconhecidas através do coletivo. Assim, o grupo é um espaço em que pode acontecer de tudo. O grupo pode mudar o curso, o grupo é dispositivo e por isso muda as pessoas e por isso faz com que a diferença aconteça em nossa sociedade.

A terceira linha que destacamos em nossa pesquisa foi a linha da reterritorialização. Nela encontramos as serventes novamente estruturadas em um plano de organização. O movimento das linhas é constante, e, neste processo, a captura e a resistência travam uma batalha contínua. A transformação do movimento das serventes em um sindicato foi um marco da

captura das intensidades presentes nas manifestações, que, ao se institucionalizarem, passam a ocupar um outro território, um outro plano de organização.

O sindicato das serventes tem de passar pelos mecanismos legais do sistema capitalista dominante para reivindicar, tornar-se uma instituição regida pelo plano de organização e sendo assim, perde, de certa maneira, seu caráter de resistência. Aparece a necessidade de cristalizar o novo território existencial, e dessa forma a diversidade de componentes de subjetivação do grupo ganha uma unicidade, uma homogeneização. A reprodução decorrente da reterritorialização faz com que essas profissionais estabeleçam referências em territórios anteriormente capturados e idealizados, como por exemplo, o território da família e o território do trabalho. Elas deixam de ocupar o espaço do *entre* para ocupar um território definido, o da família, elas deixam de ser um grupo para serem, novamente, funcionárias, só que agora, de um sindicato.

As serventes sentem necessidade de ver no grupo algo que reproduza relações em que elas já estejam familiarizadas, algo que não apresente os riscos que a invenção e a criação lhes oferecem. Ora, toda invenção tem o caráter do novo, da surpresa, daquilo que ainda não conhecemos, do que não nos é familiar e que, por isso, podemos esperar tanto coisas boas como coisas ruins. Na axiomática do capital, subjetividades são produzidas e o desejo é capturado de forma tal que buscamos reproduzir uma mesma forma de existir evitando, nossas próprias criações. Vemos que são os processos de subjetivação, produzidos pelo sistema capitalista dominante, que impulsionam as forças de reterritorialização.

O processo de subjetivação que trouxe a desterritorialização os agenciamentos coletivos que possibilitaram a invenção, tende a se reterritorializar, a se estabelecer nesse outro território. Isso também é a processualidade, o movimento que faz parte da vida. Assim, as serventes necessitam, em outro momento, reproduzir, para fugir do inusitado e das incertezas. Portanto, elas começam a desejar que o grupo seja como uma família, a tentar identificar o diferente. Há, por este viés, a idealização de que todos os elementos que o compõem se amem incondicionalmente, em que elas acreditam não haver conflitos, em que todos serão irmãos, ou seja, onde todos serão iguais. De novo, a serialização, a vida normatizada em um padrão.

Existe, também, a necessidade de impedir os conflitos e a manifestação das diferenças que tanto as angustia, pois o que elas mais querem é serem iguais em seus objetivos. A força do coletivo perde sua dimensão criadora e tenta se igualar, homogeneizar, para, quem sabe em outro momento, novamente inventar e trazer o inédito.

Ao identificar as linhas que atravessavam o movimento das serventes esperamos ter contribuído para compreensão do “acontecimento grupo” enquanto momento singular sujeito às mais diversas possibilidades. Com certeza, nossos dados vão contra idéias deterministas que insistem em estabelecer um destino certo para essas pessoas. Elas rompem com essa lógica que parte da premissa de que as serventes nada podem fazer, de que nada em sua realidade pode ser alterado. O que extraímos dessa pesquisa é que, talvez, não estejamos mais em uma época de revoluções de dimensões históricas (ex: Revolução Francesa, Revolução Farroupilha) e sim das revoluções moleculares, da micropolítica da vida resistindo através da

invenção, de processos de subjetivação enunciadores. Sem dúvida, a micropolítica repercute de forma significativa na macropolítica alterando o cenário social. No caso das serventes, seu movimento de resistência com suas repercussões de nível micro e macro político demonstram como as relações entre molar e molecular ocorrem através de interações e linhas de forças atuantes em um mesmo processo constitutivo de nossa realidade.

As serventes, enquanto grupo dispositivo de resistência nos mostraram como as diferenças ampliam as possibilidades de conexão do grupo. Como as singularidades presentes no grupo fortaleceram a criação, os encontros e os agenciamentos. Os grupos, apesar de já terem sido considerados como homogeneidades, são marcados pela força da heterogeneidade humana.

Apesar de o caso das serventes constituir apenas uma pequena parcela das inúmeras injustiças sociais que ocorrem em nosso país, ele contribuiu com uma série de questões que muito se aproximam das formas de vida oprimidas de maneira geral. Esperamos, assim como Noronha (2003), que nosso trabalho favoreça a construção de relações éticas, ampliando as formas de vida subjetiva, social, política e cultural. Queremos contribuir desta forma, potencializando valores como a cooperação, a amizade, o direito à informação e o respeito às etnias e a diversidade humana.

Esta pesquisa não pretende criar produtos acabados, nem estabelecer verdades definitivas a respeito dos processos de subjetivação em movimentos reivindicatórios, mas buscamos de alguma maneira investir em um processo criativo, construir um diálogo consciente com a realidade social. Buscamos compreender, e a partir dessa compreensão, temos a esperança de participar de processos de transformação.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda ; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. São Paulo: Ed. Moderna, 1988. Cap. 26, p. 266-289.
- ALTOÉ, Sonia. Histórias de interseção entre psicoterapia institucional e análise institucional. **Saudeloucura**. São Paulo: Hucitec, v. 8, p. 39-64, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- BAREMBLITT, Gregório. Notas estratégicas a respeito da orientação da dinâmica de grupos na América Latina. In: BAREMBLITT, Gregório (Org.). **Grupos: teoria e técnica**. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 11-37.
- BAREMBLITT, Gregório. **Introdução à Esquizoanálise**. Belo Horizonte: Biblioteca do Instituto Feliz Guattari, 2003.
- BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- BARUS-MICHEL, Jaqueline. **O sujeito social**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais as interfaces? **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre: ABRAPSO, v. 17, n. 2, p. 21-25, mai/ago, 2005.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. Dispositivos em ação: o grupo. **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, número especial, p. 189-193, jun. 1996.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. 2002. 240p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte. Grupo e produção. **Saudeloucura**. São Paulo: Hucitec, v. 4, p. 145-154, 1994.
- BENEVIDES DE BARROS, Regina Duarte; PASSOS, Eduardo. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 19/20, p. 159-171, 2004.
- BEZERRA JUNIOR, Benilton Carlos. Grupos: cultura psicológica e psicanálise. **Saudeloucura**. São Paulo: Hucitec, v. 04, p. 129-144, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1988.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CHAVES, Fátima Machado. **Vidas negras que se esvaem: experiências de saúde da funcionárias escolares em situação de trabalho**. 2004. 230p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... Publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.27, n. 2, p. 10-18, 2002.

DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. Cours Vincennes – 16/11/1971. **Les cours de Gilles Deleuze**. Disponível em: <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=117&groupe=Anti%20Oedipe%20et%20Mille%20Plateaux&langue=3> Acesso em 11 jun. 2006.

DELEUZE, Gilles. Cours Vincennes – 24/01/1978. **Les cours de Gilles Deleuze**. Disponível em: <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5> Acesso em 20 jun. 2006.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

DELEUZE, Gilles. O método da dramatização. In: DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**. (prelo) São Paulo: Iluminuras, 2004, cap. 14, p. 112-140.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Conclusão: regras concretas e máquinas abstratas. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997, v. 5, cap. 15, p. 215-234.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, v. 1, cap. 1, p. 11-37.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, v. 3, cap. 9, p. 83-115.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Imago, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

ENRIQUEZ, Eugéne. **A relação com o trabalho e a prática psicossociológica.** Belo Horizonte, 1975.

ENRIQUEZ, Eugéne. **Conferência proferida durante o Seminário 'Trabalho e Existência'**, em 13/11/97, promovido pelo IfIT -Instituto de Relações do Trabalho - e o Instituto Jacques Maritain da PUC Minas, em parceria com a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Revisão: José Newton Garcia de Araújo. (Mimeografado)

FONSECA, Tania Mara Galli. Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. In: FONSECA, Tania Mara G. **Modos de trabalhar, modos de subjetivar: tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso.** Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.13-27.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FUGANTI, Luiz Antonio. Saúde, desejo e pensamento. **Saudeloucura.** São Paulo: Hucitec, no. 2, p. 19-82, agosto 1990.

GOULART, Íris Barbosa; GUIMARÃES, Renata Fraga. Cenários contemporâneos do mundo do trabalho. In: GOULART, Íris Barbosa (org.) **Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 17-36.

GUATTARI, Félix. A transferência. In: GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Brasiliense, 1981a, p. 106-113.

GUATTARI, Félix. A transversalidade. In: GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Brasiliense, 1981b, p. 88-105.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, Félix. O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular. In: GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981c, p. 211-226.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

HAMDAN, Ana Amélia. Auxiliar de escola também é educador. **O tempo.** Belo Horizonte, 05 jan. 2003. Cidades, p.6.

HARDT, Michel. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Eric (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 357 - 372.

HARDT, Michel. **Gilles Deleuze: um aprendizado em Filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

LEITE, José Eduardo Teixeira. “**Nós quem, cara pálida**”? a razão depois de Taylor. In: DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João. (Orgs.) Petrópolis: Vozes, 1996., p. 80-117.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MINAYO-GOMEZ, Carlos ; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Saúde, Trabalho e processos de subjetivação nas escolas. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: v. 15, n. 3, p. 649-663, 2002.

NORONHA, Patrícia Ayer de. **A esquizoanálise: Um bate-papo sobre o conceito de desejo e outros na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari**. Belo Horizonte: Mestre em Psicologia PUC-SP, 2000. 30 f. (Mimeografado).

NORONHA, Patrícia Ayer de. Uma perspectiva dionisíaca no trabalho social: afirmação da vida. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte: PUC – Minas, v. 10, nº 14. p. 124-135, dezembro/2003.

NUNES, Bernadete de Oliveira. **O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Estado Rio de Janeiro**. 2000. 162 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

NUNES, Bernadete de Oliveira; BRITO, Jussara e ATHAYDE, Milton. Experiência, desenvolvimento profissional e saúde das mulheres-merendeiras-serventes. In: **Trabalhar em escolas? Só inventando o prazer**. Rio de Janeiro: Edições IBUP/CUCA, 2001a, p. 51-70.

NUNES, Bernadete de Oliveira; BRITO, Jussara e ATHAYDE, Milton. Readaptação profissional e produção de sentido no trabalho de merendeiras e serventes. In: **Trabalhar em escolas? Só inventando o prazer**. Rio de Janeiro: Edições IBUP/CUCA, 2001b, p. 185-213.

ORLANDI, Luiz Benedito Lacerda. Linhas de ação da diferença. In: ALLIEZ, E. **Gilles Deleuze: Uma vida filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000, p.49-63.

PELBART, Peter Pàl. **A vertigem por um fio:** Políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PELBART, Peter Pàl. Um mundo no qual acreditar. **Cadernos de Subjetividade.** São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, número especial, p. 58-63, jun. 1996.

PELBART, Peter Pàl. **Vida Capital:** Ensaio de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença:** uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RAJCHMAN, John. Lógica do sentido, ética do acontecimento. **Cadernos de Subjetividade.** São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, número especial, p. 189-193, jun. 1996.

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental:** Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2006.

ROLNIK, Suely. Novas Figuras do Caos - Mutações da Subjetividade Contemporânea. **Caos e Ordem na Filosofia e nas Ciências,** São Paulo, n. 1, p. 206-221, 1999.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel. **Cultura e subjetividade:** saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997, p.19-24.

ROMAGNOLI, Roberta C. **Processos de subjetivação no contemporâneo:** as idéias de Deleuze e Guattari. Belo Horizonte: Mestrado em Psicologia PUC-SP, 2004. 31 f. (Mimeografado).

ROMAGNOLI, Roberta C. Uma saída coletiva. **Cadernos de Psicologia da PUC Minas.** Belo Horizonte: PUC – Minas, v. 6, nº 9. p. 9-13, 13 dezembro/1999.

SANTOS, Gabi. Governo suspende nomeação de concursados. **Hoje em Dia.** Belo Horizonte, 07 jan. 2003. Minas, p. 18.

SCHÖPE, Regina. **Por uma filosofia da diferença:** Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo, Edusp, 2004.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter:** conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SOUZA, Paulo N. Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e Aplicar a Nova LDB**: Lei nº 9.394/96. São Paulo: Pioneira, 1997.

SOUTO, Isabella. Serventes recuperam emprego. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 22 jan. 2003.

VAZ, José Carlos. Provas práticas para seleção pessoal. **Dicas**. Nº 32. 1995. Disponível em: <http://www.federativo.bndes.gov.br/dicas/D032.htm> Acesso em 25 fev. 2006.

ANEXO I

Roteiro de Entrevista semi-estruturada

- 1) O que você faz no movimento das serventes?
- 2) Conte um pouco da história do movimento.
- 3) O que te levou a participar do movimento?
- 4) Quais foram as expectativas ao entrar?
- 5) Para você quais foram as conquistas deste movimento?
- 6) Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo ? E facilidades?
- 7) Como você percebe as pessoas que participam do movimento?
- 8) Como você se percebe em relação a essas pessoas?
- 9) Essa participação mudou algo em você?